



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Violência Sexual como Arma de Guerra na República Democrática do Congo: Uma Crise Humanitária

Ana Gabriela Alves de Mendonça

Mestrado em Ação Humanitária

Orientador(a):

Doutora Clara Carvalho Piçarra, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2024

Departamento de Sociologia

Violência Sexual como Arma de Guerra na República Democrática do Congo: Uma Crise Humanitária

Ana Gabriela Alves de Mendonça

Mestrado em Ação Humanitária

Orientador(a):
Doutora Clara Carvalho Piçarra, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2024

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, Ana Lúcia Alves de Oliveira Mendonça e Agnaldo Alves de Mendonça, meus pais, por toda inspiração, estímulo para seguir e alcançar meus sonhos e objetivos, pela infindável paciência, carinho, amor e apoio no processo de desenvolvimento desta pesquisa e ao longo de toda minha existência, especialmente por nos encontrarmos tão distantes uns dos outros.

À minha irmã mais velha, Ana Carolina, pela força, ternura e entusiasmo mesmo que de longe, e o querido Caetano, seu filho e meu afilhado, que inconscientemente, me traz a maior das alegrias.

À minha avó, pela sua resiliência e brandura, que me fazem perceber como a vida tem seus obstáculos, mas o que importa é persistir e seguir em frente.

Às minhas queridas amigas e amigos, que foram imprescindíveis durante a realização deste trabalho. Foram meses de altos e baixos que sem a assistência, afago e alegria seriam excepcionalmente árduos.

À professora Clara Carvalho por ter aceitado orientar este projeto, pela prestatividade e essencial orientação para a elaboração dele.

Resumo

A República Democrática do Congo foi usada como área de recreação de um dos mais sádicos colonizadores europeus. O papel do rei Leopoldo II foi o de usurpador, tirano, impiedoso e selvagem, e seu período colonial ficou marcado na história do país. Seu legado foi de um país rico e intensamente explorado para ganho pessoal, o desenvolvimento foi deixado de lado e quando finalmente se tornou independente, o país se encontrava desestruturado e impregnado de antigos arcabouços patrimonialistas. A fraca governança serviu como fácil alvo para um golpe militar, realizado por Mobutu Sese Seko, um dos ditadores mais longevos do continente africano. Sua era ditatorial levou o país à imensas dívidas com órgãos internacionais, um Estado antes frágil se tornou profundamente mais frágil, o abuso de poder e falta de desenvolvimento deixou o país desprotegido quando a vizinha Ruanda entrou em guerra e sua população buscou refúgio no Congo. O grande fluxo de Tutsis no Congo fez do país objeto de perseguição por Ruanda e governos vizinhos buscaram se apropriar das riquezas desse país vulnerável. Mesmo uma transição de poder não bastou para estabilizar a RDC, e a Segunda Guerra do Congo trouxe consigo a prática de violência sexual como arma de guerra. Felizmente, o Dr. Denis Mukwege abriu o Hospital Panzi a tempo de salvar inúmeras mulheres na província de Kivu do Sul e com sua abordagem holística no tratamento delas, transformou o método de tratamento de sobreviventes de violência sexual.

Palavras-chave: República Democrática do Congo; Segunda Guerra do Congo; violência sexual; Denis Mukwege; Hospital Panzi

Abstract

The Democratic Republic of the Congo was treated as the playground of one of the most sadistic European colonizers. King Leopold II played the role of a usurper, tyrant, ruthless, and savage, and his colonial period is marked in the country's history. His legacy was of a rich nation intensely exploited for personal gain, with development neglected. When it finally gained independence, the country was left disorganized and permeated by outdated patrimonial structures. Weak governance made it an easy target for a military coup led by Mobutu Sese Seko, one of the longest-serving dictators on the African continent. His dictatorial era plunged the country into immense debt with international organizations, and a state that was already fragile became even more weakened. Abuse of power and lack of development left the country unprotected when neighboring Rwanda went to war, causing its population to seek refuge in the Congo. The significant influx of Tutsis into the Congo turned the country into a target of persecution by Rwanda, and neighboring governments sought to appropriate the wealth of this vulnerable nation. Even a change of power was insufficient to stabilize the DRC, and the Second Congo War brought with it the practice of sexual violence as a weapon of war. Fortunately, Dr. Denis Mukwege opened the Panzi Hospital just in time to save countless women in South Kivu province, and with his holistic approach to their treatment, he transformed the methodology for treating survivors of sexual violence.

Keywords: Democratic Republic of the Congo; Second Congo War; sexual violence; Denis Mukwege; Panzi Hospital

Índice

.....	2
Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice	v
Índice de Figuras.....	vii
Introdução	2
Estado da Arte.....	8
Violência Sexual em conflitos armados.....	8
O conflito armado na RDC e a utilização da violência sexual como arma de guerra	9
Metodologia.....	16
Contexto.....	19
Geografia e geopolítica da República Democrática do Congo.....	19
O Congo sob domínio belga – período colonial	21
Independência e a Crise do Congo	23
Era Mobutu	26
Estudo de Caso	30
A guerra civil e o genocídio de Ruanda e seus efeitos na República Democrática do Congo	30
A Primeira Guerra do Congo: Libertação do povo congolês de Mobutu e a ascensão de Laurent-Desiré Kabila	34
A Segunda Guerra do Congo e o início de uma era ultraviolenta.....	37
Dr. Denis Mukwege e a criação do Hospital Panzi	42
Violência sexual como arma de guerra no Congo:.....	46

O papel do Hospital Panzi e da Fundação Panzi, no tratamento das mulheres congolesas	51
Conclusão	57
Referências bibliográficas	61

Índice de Figuras

Figura 1 Mapa de Kivu do Sul.....	20
Figura 2 Caricatura de Rei Leopoldo.....	21
Figura 3 Presidente Mobutu.....	27
Figura 4 Campo de refugiados ruandeses em Bukavu.....	33
Figura 5 Doutor Denis Mukwege na ala de recuperação no Hospital Panzi	42
Figura 6 Tabela sobre proporção de mortalidade materna	44
Figura 7 Mulheres recebendo cuidados no Hospital Panzi.....	52
Figura 8 Mulheres e crianças reunidas em atividade na área comum do Hospital Panzi .	54

Introdução

Há alguns anos, ao finalizar minha graduação em História, no Brasil, decidi escrever meu trabalho de conclusão de curso sobre o impacto da atuação de crianças soldados no conflito armado de Serra Leoa. Tomei conhecimento do recrutamento forçado de crianças em 2014, e, de certa forma, parece que uma linha invisível me trouxe até 2024 para realizar esse trabalho. Embora ele não se concentre especificamente nas crianças soldado, aborda outro crime contra a humanidade, que ainda persiste hoje, mesmo tendo ocorrido há mais de 20 anos. Estou a falar sobre o estupro, como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra uma população civil, e violência sexual em geral como arma de guerra na Segunda Guerra do Congo.

Pesquisar sobre conflitos pós-Guerra Fria em África foi meu foco durante meus anos formativos na licenciatura de História, um interesse que surgiu ainda no colégio, quando participei de simulações da ONU e representei vários países em diferentes contextos. O que me mais me intrigava era a frequência alarmante em que países do continente africano entravam em conflito. Durante meus anos de estudo na Universidade de Brasília, eu tive a oportunidade de aprofundar meu conhecimento sobre a história de diversos países africanos, principalmente anglófonos. Agora, com minha pesquisa atual sobre um país de língua francesa, percebo que a colonização europeia é um denominador comum nesses conflitos, e apesar da colonização em África não ser o foco principal da pesquisa atual, sempre me surpreende como todo mal feito no continente seja posposto e muitos dos principais culpados hoje sentam em lugares de grande poder em organizações internacionais como a ONU, outros passam despercebidos.

O tema da pesquisa é a Segunda Guerra do Congo (SGC, ou II GC) e o uso da violência sexual como arma de guerra, e ele foi escolhido após a primeira reunião que tive com a Professora Doutora Clara Carvalho, minha orientadora. Quando a professora sugeriu o tema de pesquisa ser a epidemia de violência sexual no Congo e como o Dr. Denis Mukwege criou um organismo de suporte para as vítimas, pois cheguei a ela com apenas algumas referências e sem certezas do que pesquisar, me senti desafiada, mas extremamente entusiasmada para iniciar a pesquisa.

Asseguradamente, entusiasmo não foi o sentimento que me acompanhou durante a investigação. Foram meses de inquietação, aflição, desassossego, desalento, consternação e, o meu particularmente inestimado, resignação. Isso se deu logo no início da pesquisa, quando o escopo temporal foi delimitado e consistiria na duração da Segunda Guerra do Congo, mas eu

encontrava constantemente reportagens, artigos acadêmicos e livros sobre o Congo atual, o Congo de 2024 vivendo a uma realidade muito semelhante ao do Congo de 1998.

A República Democrática do Congo está envolvida num manto de *wicked problems*¹, uma nação coberta por pobreza extrema, desigualdade de poder e renda, e discriminação de gênero. A insegurança alimentar, agravada pelas mudanças climáticas, impacta severamente a população, enquanto crises sanitárias e epidemias, como o ebola, sobrecarregam o sistema de saúde. A migração desordenada, resultado de conflitos e crises, intensifica a instabilidade sociopolítica, tornando a resolução desses desafios ainda mais complicada. No entanto, o objetivo deste trabalho não é traçar um panorama comparativo com a realidade atual do Congo.

Ao delimitar o tema, tive de então de encontrar a minha questão de partida, que consegui definir como: como o homem que cura mulheres², Doutor Denis Mukwege, transformou a cidade de Bukavu no berço do renomado centro de saúde de apoio às mulheres vítimas de violência sexual na Segunda Guerra do Congo? O meu intuito de historiadora logo me remeteu à curiosidade sobre a história do país e seus eventos cruciais. Seria indispensável realizar o seguinte trabalho sem um apanhado histórico, o que se configurou como um dos meus objetivos.

Este estudo leva caráter teórico e exploratório, investigando aprofundar o conhecimento sobre a problemática da violência sexual no Congo e aumentar a visibilidade da atuação do Hospital Panzi. Para isso, uma pesquisa bibliográfica foi baseada na análise de fontes secundárias e primárias, com um percurso metodológico focado na revisão historiográfica do Congo, desde a sua independência até os anos seguintes ao fim oficial do conflito. O enfoque recai, principalmente, sobre os estudos que abordam a violência sexual contra mulheres na República Democrática do Congo durante a Segunda Guerra do Congo. Embora o escopo da pesquisa seja amplo, definiu-se que os dados analisados iriam até o ano de 2004.

O contexto histórico fornece uma percepção sobre as condições políticas, sociais e econômicas específicas que contribuíram para a prevalência da violência na RDC. Injustiças históricas, como exploração colonial, discriminação sistêmica e conflitos anteriores, têm efeitos duradouros na população. Reconhecer essas injustiças é vital para entender as vulnerabilidades atuais que o povo originário enfrentou. Entender o legado do colonialismo, as complexidades da governança pós-colonial e o impacto das guerras civis ajuda a explicar como esses fatores criaram um terreno fértil para o conflito e a violência associada, incluindo a violência sexual.

¹ Raadschelders et al, 2019, Refugee migration as a “wicked problem”

² Anyangwe, Busari, 2018

Nesse sentido, é importante esclarecer que o capítulo intitulado "Contexto" se encerra com a era Mobutu. No entanto, o capítulo dedicado ao estudo de caso avança, abrangendo o contexto histórico a partir da década de 1990, a qual considero, em minha visão pessoal, um ponto de inflexão crucial para compreender as implicações que culminaram no início da Segunda Guerra do Congo. Tais elementos, portanto, devem ser analisados no estudo de caso, e não no capítulo de contexto.

A Segunda Guerra do Congo, que envolveu a República Democrática do Congo (RDC) de 1998 a 2003, permanece como um dos conflitos mais mortais desde a Segunda Guerra Mundial, mas continua amplamente subdiscutida nas narrativas globais. Aproxima-se que o número de mortos tenha sido de 3,3 a 5 milhões, principalmente civis, a guerra causou estragos no tecido social e na infraestrutura do país, e seus efeitos continuam a ser sentidos hoje. O que começou como uma rebelião liderada pelo Rassemblement Congolais pour la Démocratie (RCD), com o apoio dos vizinhos Ruanda e Uganda, rapidamente se transformou em um conflito complexo e multifacetado envolvendo vários atores — tanto locais quanto internacionais. A guerra foi marcada por alianças mutáveis, oportunismo político e um desrespeito impressionante pela vida civil, incluindo violência sexual generalizada que veio a definir o conflito. (Coghlan et al, 2006; Bartels et al, 2010; Stearns, 2011)

Em sua essência, a Segunda Guerra do Congo não foi apenas uma batalha pelo controle político, mas uma disputa pelos ricos recursos naturais da RDC. Os vastos depósitos de minerais do país — incluindo coltan, diamantes, ouro e cobre — tornaram-se centrais para as motivações de facções internas e atores externos. Ruanda, Uganda e uma série de grupos rebeldes buscaram explorar esses recursos para financiar seus esforços de guerra, enquanto estados externos como Angola, Zimbábue, Namíbia e Chade intervieram para proteger seus próprios interesses geopolíticos e econômicos. Essa interação de forças locais e internacionais alimentou uma economia de guerra brutal que incentivou a violência e enfraqueceu as perspectivas de paz. (Rayemaekers, 2010)

Vê-se no capítulo de Estudo de Caso que as tensões étnicas também desempenharam um papel crítico na dinâmica da guerra. O fluxo de refugiados hutus ruandeses para o leste do Congo após o Genocídio de Ruanda em 1994 intensificou as hostilidades existentes entre grupos étnicos na região. Facções rebeldes, como a RCD, obtiveram apoio de elementos tutsis na região, o que arraigou ainda mais as animosidades étnicas. As vastas e porosas fronteiras da RDC, combinadas com seu fraco aparato estatal, permitiram que essas tensões se agravassem,

muitas vezes resultando em conflitos locais que refletiam a luta regional maior por poder e recursos. (Prunier, 1995; Newbury, 1995)

Além desses fatores históricos e políticos, a questão de partida da presente tese é apresentada, como o homem que cura mulheres³, Doutor Denis Mukwege, transformou um sonho de infância no centro de saúde público renomado congolês para apoiar mulheres vítimas de violência sexual na Segunda Guerra do Congo? Um dos objetivos principais dessa pesquisa é avaliar o escopo e a natureza da violência sexual, documentando sua prevalência, tipos e contextos, particularmente em cenários de conflito. Entender a extensão e as características da violência sexual é essencial para desenvolver intervenções eficazes e informar políticas que possam dar melhor suporte às populações afetadas. Outro objetivo importante é explorar o impacto da violência sexual em sobreviventes. Isso envolve examinar os efeitos físicos, psicológicos e sociais que essa violência tem sobre os indivíduos e suas comunidades. (Trenholm, 2009)

Apesar da gravidade da violência, a resposta humanitária muitas vezes não conseguiu atender às necessidades dos sobreviventes. Embora organizações internacionais, como as Nações Unidas e várias organizações não governamentais (ONGs), tenham tentado fornecer suporte, a escala da violência e o ambiente operacional desafiador na RDC dificultaram a prestação de assistência eficaz. A missão de manutenção da paz da ONU na RDC, conhecida como MONUC (mais tarde MONUSCO), foi criada em 1999 para ajudar a estabilizar o país, mas lutou para proteger civis e prevenir a violência sexual, apesar de ser uma das maiores operações de manutenção da paz da ONU na história. As respostas locais também foram inadequadas, com o governo congolês muitas vezes sem dedicação política ou capacidade para fornecer suporte significativo aos sobreviventes. (Melo, 2010)

Entretanto, avaliar as respostas humanitárias positivas à violência sexual é um aspecto crucial desta pesquisa. De tal forma, foi escolhido o Hospital Panzi como objeto de avaliação, devido à sua filiação ao Denis Mukwege. Avaliar a eficácia dos serviços de suporte atuais, incluindo assistência médica, psicológica e jurídica, permite a identificação dos pontos fortes nos esforços humanitários. Essa avaliação é essencial para orientar melhorias e aprimorar a qualidade do atendimento fornecido às sobreviventes.

A principal contribuição deste estudo reside na análise do trabalho do Hospital Panzi, cuja abordagem multifacetada no tratamento das sobreviventes representa uma resposta compassiva

³ Anyangwe, Busari, 2018

e inovadora a traumas extremos. Ao oferecer um suporte que integra cuidados médicos especializados, apoio psicossocial, reintegração econômica e orientação jurídica, o hospital não apenas repara fisicamente as vítimas, mas também restaura sua dignidade e busca promover a cura completa. Essa perspectiva holística, que coloca o bem-estar integral das pacientes no centro de seu modelo de assistência, transforma o Hospital Panzi em um símbolo de resiliência e esperança em meio a um cenário de brutalidade e injustiça, redefinindo o que significa realmente cuidar.

O papel da violência sexual na Segunda Guerra do Congo representa uma das dimensões mais angustiantes do conflito. A violência sexual contra mulheres e meninas, frequentemente usada sistematicamente por grupos armados como arma de guerra, se espalhou durante o conflito. Essa violência não foi apenas um subproduto da guerra, mas uma estratégia deliberada para aterrorizar e desestabilizar comunidades, minar a coesão social e afirmar o domínio sobre a população. Mulheres e meninas não foram apenas vítimas de atos individuais de violência, mas também foram alvos em massa, frequentemente no contexto de ataques a aldeias inteiras. Grupos rebeldes usaram o estupro como um meio de humilhar e desmoralizar comunidades, tornando-as incapazes de resistência e mais fáceis de controlar. (Peterman et al, 2011; Baaz, Stern, 2013)

As consequências dessa violência são devastadoras e de longo alcance. Sobreviventes de violência sexual não enfrentam apenas danos físicos imediatos, mas também traumas psicológicos de longo prazo e estigmatização social. Em muitas comunidades, as sobreviventes são condenadas ao ostracismo, vistas como “danificadas” ou “indignas” e, muitas vezes, abandonadas por suas famílias e maridos. Essa estigmatização não apenas agrava o trauma vivenciado pelas sobreviventes, mas também enfraquece o tecido social das comunidades em que vivem. Além disso, os impactos da violência sexual na saúde física — incluindo gestações indesejadas, infecções sexualmente transmissíveis e complicações de ferimentos sofridos durante estupro — exacerbam ainda mais o sofrimento das sobreviventes. (Ngongo et al, 2013)

Em 2024, a violência de gênero continua sendo um problema generalizado globalmente, exacerbado por conflitos e instabilidade, mesmo no Congo. A pesquisa sobre o Hospital Panzi fornece impressões sobre estratégias eficazes para apoiar sobreviventes, incluindo assistência médica, psicológica e jurídica. Esse conhecimento é essencial para desenvolver respostas abrangentes à violência de gênero em todo o mundo.

Estado da Arte

Violência Sexual em conflitos armados

O termo “violência sexual em conflitos armados” refere-se a atos como estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada e outras formas graves de violência sexual, perpetradas contra mulheres, homens, meninas ou meninos, diretamente ou indiretamente ligados a um conflito, seja por fatores temporais, geográficos ou causais (UNSC, 2015). A violência contra mulheres, por sua vez, é definida como qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou possa resultar, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para mulheres, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, tanto na esfera pública quanto privada. (Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral em 13 de dezembro de 1993). (D’Odorico, Holvoet, 2009)

O estupro (assim como escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer forma de violência sexual de gravidade comparável) é reconhecido como um crime contra a humanidade pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), que foi adotado em 1998⁴. De acordo com o Artigo 7 do Estatuto de Roma, o estupro, quando cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra uma população civil, é classificado como um crime contra a humanidade. Esta estrutura legal reconhece a natureza grave e generalizada da violência sexual em conflitos, enfatizando que tais atos não são apenas incidentes isolados, mas muitas vezes parte de um padrão mais amplo de abuso usado para aterrorizar e controlar comunidades. O Estatuto de Roma, portanto, fornece um mecanismo crucial para responsabilizar os perpetradores e ressalta o compromisso da comunidade internacional em abordar e prevenir a violência sexual em conflitos.

O estupro em massa durante conflitos armados foi extensamente evidenciado pela primeira vez durante a guerra na Ex-Iugoslávia e, desde então, tem sido estudado em relação a conflitos passados, como a Segunda Guerra Mundial, e em diversas guerras ao redor do mundo. Entre 1991 e 2003, foram identificados vinte e quatro conflitos armados nos quais meninas e mulheres foram vítimas de estupros, assim como outras formas de violência sexual, em larga escala.

⁴ A República Democrática do Congo assinou o Estatuto de Roma em 08/09/2000 e sancionou em 11/04/2002.

Embora alguns grupos armados possam se abster de usar a violência sexual, é legítimo presumir que o estupro é parte inerente de muitos conflitos armados. (Maedl, 2011)

Tem sido reconhecido que nos conflitos armados modernos, civis são muito mais propensos a serem vítimas do que soldados. De acordo com a Ação da ONU Contra a Violência Sexual em Conflito, mulheres, em particular, frequentemente sofrem formas severas de violência sexual, que são algumas vezes usadas sistematicamente como uma tática para atingir objetivos militares ou políticos (Outreach Programme on the Rwanda Genocide and the United Nations, 2014). A guerra impacta as mulheres de forma profunda e devastadora. Além dos desafios de cuidar de uma família em condições complexas, as mulheres frequentemente sofrem deslocamento, separação de entes queridos e abusos severos, incluindo estupro, tortura e até mesmo morte. Os preconceitos de gênero que impulsionam a violência contra as mulheres em tempos de paz se tornam ainda mais pronunciados em situações de conflito, onde as autoridades militares podem ignorar ou até mesmo tolerar graves violações de direitos humanos. Embora a guerra seja frequentemente vista como uma atividade dominada por homens, com a maioria dos combatentes sendo homens, são principalmente mulheres e crianças civis que mais sofrem nos inúmeros conflitos armados de nossa era. (Murray, 2016, pp161 -162)

O conflito armado na RDC e a utilização da violência sexual como arma de guerra

O conflito armado na República Democrática do Congo (RDC) que sucedeu entre 1998 e 2003, mais conhecido como a Segunda Guerra do Congo, foi o conflito desde a Segunda Guerra Mundial que mais ceifou vidas. Estimativas conservadoras sugerem que 3,3 milhões de pessoas morreram, sendo a maioria delas civis (Coghlan et al, 2006), no entanto, há estimativas que apontam a morte de mais de 5 milhões de pessoas (Bartels et al, 2010).

Embora muitos tenham sido mortos em combates diretos entre os nove exércitos nacionais que se envolveram no conflito e diversos grupos rebeldes, um significativo número também faleceu em consequência de doenças e das terríveis condições de vida causadas pela violência. A guerra teve início em agosto de 1998, quando uma rebelião a leste da RDC, liderada pelo *Rassemblement Congolais pour la Démocratie* (RCD)⁵, apoiado por Ruanda e por Uganda, tentou tomar a capital, Kinshasa. Embora o RCD tenha feito progressos iniciais, a intervenção

⁵ Reagrupamento Congolês para a Democracia

de soldados de Angola, Zimbabué, Namíbia e Chade ajudou a salvar o governo do presidente Laurent Kabila. (Stearns, 2011)

Grande parte dos combates foi travada por grupos rebeldes, muitos dos quais ligados aos países envolvidos. Estes grupos frequentemente trocavam de lado dependendo dos seus interesses, nota-se rapidamente que a ética moral não é um valor presente entre os combatentes. Os dois maiores grupos anti-Kabila foram o RCD, que possuía apoio inicial tanto de Ruanda quanto de Uganda, e o *Mouvement de Libération du Congo* (MLC)⁶, baseado no norte do Congo e aliado de Uganda. Em 1999, o RCD dividiu-se em duas facções: RCD-Goma no leste do Congo e RCD-mouvement libération (RCD-ML) em torno de Kisangani, a nordeste do Congo. A outra facção criada foi, RCD-Nacional (RCD-N), formada em 2000 e aliada ao MLC. Estas divisões geraram tensões crescentes entre Ruanda e Uganda, levando a confrontos entre as suas tropas no território congolês. (Raeymaekers, 2010)

Kinshasa não tinha grupos rebeldes aliados claramente definidos como outras forças do Congo, mas as tropas governamentais, ou exército nacional, conhecidas como *Forces Armées Congolaises* (FAC)⁷, trabalhavam frequentemente com as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR). Esta milícia, baseada na região de Kivu, incluía muitos extremistas Hutu responsáveis pelo genocídio em Ruanda em 1994 (Autessere, 2010). O governo também contou por vezes com o apoio de milícias locais chamadas Mai-Mai, que se opunham fortemente ao envolvimento de Ruanda no leste do Congo. Além disso, Kinshasa formou ocasionalmente uma aliança complicada com o RCD-ML, um grupo originalmente criado para remover Kabila do poder.

Embora as alianças complexas durante a Segunda Guerra do Congo a façam parecer desalinhada, a motivação subjacente para todas as partes foi o controle sobre os vastos recursos naturais do Congo. A riqueza mineral do país, estimada em bilhões de dólares, tornou-o num alvo de extrema valia para estados vizinhos e grupos locais. Além dos minerais, as enormes florestas tropicais do Congo e a sua rica oferta de terra e água também o tornaram altamente valioso. As tensões étnicas, agravadas por anos de domínio colonial belga e pelas políticas de Mobutu, o presidente anterior a Kabila, também alimentaram o conflito (Raeymaekers, 2010).

Após um ano de intenso combate no Congo, o acordo de cessar-fogo de Lusaka foi assinado, mas a verdadeira paz só regressou à maior parte do país em 2003. Durante este

⁶ Movimento de Liberação do Congo

⁷ Forças Armadas do Congo

período, morreram mais milhões de congoleses, e nas últimas fases da guerra, uma força de manutenção da paz da ONU, conhecida como Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC)⁸, foi idealizada e enviada para a RDC. Esta missão ao longo dos anos acabou por se tornar a maior operação de manutenção da paz da ONU, contendo mais de 18.000 soldados no seu último ano⁹. Apesar de alguns progressos no sentido da paz, incluindo as eleições em 2006, mais 2,1 milhões de congoleses foram mártires devido à instabilidade contínua desde que a guerra terminou oficialmente. Muitas pessoas continuaram a sofrer abusos dos direitos humanos, como violência sexual, deslocamento forçado e extorsão. Algumas dessas violações foram cometidas por grupos rebeldes que se recusaram a aderir ao processo de paz, mas muitas foram também cometidas pelo novo exército congolês (FARDC)¹⁰, destacando os problemas em curso com a reforma militar após a guerra. (Melo, 2010)

A instabilidade persistente no Congo, exacerbada pela falha na implementação de uma reforma militar eficaz, criou um ambiente propício para graves violações dos direitos humanos, entre elas, a violência sexual. Embora a MONUC tenha sido implantada com o objetivo de estabilizar o país e promover a paz, a continuidade de abusos cometidos tanto por grupos rebeldes quanto pelas próprias forças armadas congolesas destaca a vulnerabilidade da população civil, especialmente de mulheres e crianças. Esse cenário de conflito prolongado e insegurança endêmica facilitou a proliferação de diferentes formas de violência, incluindo a violência sexual em conflitos armados, cujas consequências devastadoras atingem principalmente as mulheres e meninas, mas também homens e meninos, perpetuando o ciclo de trauma e sofrimento.

Na República Democrática do Congo (RDC), a violência contra mulheres, utilizada como uma tática sistemática de guerra para desestabilizar populações e destruir laços comunitários, tornou-se comum e cada vez mais brutal. Relatórios indicam que a violência sexual no país é generalizada e inclui estupro coletivo, sequestro para escravidão sexual, coação de familiares a participar de estupros e mutilação genital com facas e armas de fogo, entre outras atrocidades. (Peterman et al, 2011)

⁸ No ano de 2010 a missão foi renomeada para Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)

⁹ A resolução 1856 de 2007 decidiu um máximo de 19.815 militares, 760 observadores militares, 391 policiais e 1.050 integrantes de unidades policiais formadas. (<https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/facts.shtml>)

¹⁰ O novo exército congolês, conhecido pela sigla FARDC, ou Forças Armadas da República Democrática do Congo, foi criado no ano de 2003, após o fim oficial da Segunda Guerra do Congo. Esse exército é a junção de diversos ex-grupos rebeldes congoleses. (<https://www.fardc.org/history-about-fardc>)

“Há uma verdadeira loucura com toda essa violência [sexual] ligada à guerra. Esta é uma guerra inteira dentro da guerra — outro tipo de ataque ao povo congolês”, afirmou um conselheiro da Human Rights Watch que trabalhou com mulheres e meninas vítimas de estupro e outras formas de violência sexual em 2002. Observadores locais da mesma organização notaram que esses crimes aumentaram no leste do Congo após o início da guerra, especialmente no ano de 2001, à medida que os grupos armados em conflito disputavam o controle de áreas como o Parque Nacional Kahuzi-Biega, o território de Shabunda e a região de Uvira-Fizi em Kivu do Sul, particularmente após a redistribuição de tropas do Exército Patriótico Ruandês (RPA) de Pweto, além de Masisi em Kivu do Norte. A violência sexual tem sido usada como arma de guerra pela maioria das forças envolvidas no conflito. Em 2001, combatentes do RCD, soldados ruandeses, e seus oponentes — os Maï-Maï, grupos armados de hutus ruandeses e rebeldes burundineses das Forças para a Defesa da Democracia (FDD) e da Frente para a Libertação Nacional (FNL) — estupraram mulheres e meninas com frequência, e, em alguns casos, de forma sistemática. (Csete, HRW, 2002, p. 55)

Esta violência não é um produto isolado da guerra, mas está profundamente enraizada nas desigualdades de gênero que existem em tempos de paz, onde as mulheres são objetificadas e controladas pelos homens. Em muitas sociedades, as mulheres são vistas como propriedade dos pais ou dos maridos, o que torna os seus corpos um alvo simbólico e literal durante o conflito, uma vez que os agressores masculinos pretendem exercer o poder e infligir danos duradouros ao inimigo, violando as suas mulheres. (Trenholm et al, 2009)

À leste do Congo, os grupos armados operavam com recursos limitados, armamento rudimentar e pouco acesso a armas sofisticadas, o que tornava o estupro uma arma conveniente para eles. Além disso, muitos dos combatentes armados nessa região não recebiam pagamento e eram mal abastecidos com comida e roupas, levando-os a depender da pilhagem de vilarejos locais para suprir suas necessidades básicas. Essa pilhagem inevitável colocava as milícias em contato direto com os civis. O estupro era empregado para aterrorizar populações civis, expulsá-las de suas casas, pertences e terras. (Lucas, 2008)

Em alguns cenários de conflito, o estupro em massa é usado como uma ferramenta de limpeza cultural e étnica, com a intenção de contaminar linhagens e engravidar mulheres à força para produzir crianças "eticamente limpas". Além disso, o estupro é usado estrategicamente para infligir vergonha, sofrimento e humilhação. A estigmatização e humilhação duradouras podem persistir por décadas, dismantelando efetivamente o tecido cultural e social de comunidades inteiras. (Bartels et al, 2013, p. 39)

Desde o início do conflito no leste da RDC, milhares de casos de violência contra mulheres foram relatados na província de Kivu do Sul. Segundo uma estimativa do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 10.648 mulheres foram vítimas de violência sexual em Kivu do Sul entre 2004 e 2006, após o fim do conflito conhecido como Segunda Guerra do Congo, em, tecnicamente, momentos de paz. Apesar das declarações públicas, o governo congolês e a comunidade internacional parecem desconhecer a extensão do problema. Associações locais, financiadas pela ONU e por fundos internacionais, têm se unido para denunciar essa violência, oferecer assistência imediata às vítimas e realizar trabalho preventivo. No entanto, evidências de campo sugerem que esses esforços são fragmentados e não abordam a natureza multidimensional do problema. Observa-se também que a compreensão das causas da violência contra mulheres varia entre as agências, e a coordenação entre as organizações é deficiente. (D'Odorico, Holvoet, 2009)

Desde 2000, o Conselho de Segurança da ONU tem se concentrado cada vez mais na situação de mulheres e meninas em conflitos armados. Em outubro de 2000, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1325, reconhecendo a gravidade e a natureza generalizada da violência sexual e de gênero contra mulheres e meninas, e enfatizando a necessidade de medidas de prevenção e proteção. Além disso, os relatórios do Secretário-Geral da ONU sobre "Mulheres, Paz e Segurança", publicados desde 2000 até o tempo presente, dedicam atenção significativa à violência sexual como uma violação fundamental dos direitos de mulheres e meninas durante conflitos armados. (Ohambe et al, 2005, p. 8)

Com as dificuldades vividas durante os conflitos no Congo, principalmente na Segunda Guerra do Congo, a ONU e suas agências, a Human Rights Watch, o Médicos sem Fronteiras, a Oxfam, a Cáritas Internacional, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, assim como organizações locais, o Hospital Panzi e a Fundação Panzi, se desdobraram intensamente em tratamentos multifacetados para a recuperação das sobreviventes¹¹. No entanto, estudos mostraram que as sobreviventes de violência sexual na RDC muitas vezes resistem a falar devido ao medo da estigmatização social (Johnson et al., 2010). Ao destacar a violência sexual como uma emergência humanitária, chama a atenção para a necessidade urgente de apoio e recursos para enfrentar esse problema e prestar assistência à essas mulheres.

¹¹ O termo "sobrevivente" ganhou popularidade como um descritor para indivíduos que sofreram violência sexual. Este termo carrega conotações de ser ativo, espirituoso e dinâmico. No entanto, há pesquisadoras que problematizam o uso desse termo, pois consideram que o estupro está sendo igualado a outros eventos traumáticos de vida, mas é importante levar em conta que o termo "Sobrevivente" não busca reforçar de que a mulher superou totalmente a experiência e os ferimentos resultantes. (Mukwege, 2021)

A violência contra mulheres e raparigas, apesar de ser uma emergência humanitária, continua a ser uma área de resposta humanitária subfinanciada e os pedidos de financiamento não correspondem à gravidade do problema. No projeto da IRC e Voice, 2019, para rastreamento e análise dos dados de financiamento humanitário para casos de violência baseada em gênero (VBG), os dados obtidos de 2016, 2017 e 2018 mostraram que apenas 0,12% de todo o financiamento humanitário foi revertido para VBG, este valor representa apenas um terço do financiamento solicitado para o combate à VBG. É inconveniente imaginar que esta era a realidade há 5 anos, porém é progressivamente mais trágico projetar os dados ao longo do conflito do Congo.

A violência sexual no Congo tem consequências graves para a saúde física e mental das sobreviventes. Estudos descobriram que a violência sexual está associada à consequências negativas na saúde física e mental (Johnson et al., 2010). Ao enquadrar a violência sexual como uma emergência humanitária, enfatiza a necessidade de serviços de saúde abrangentes para sobreviventes, incluindo assistência médica, apoio psicossocial e acesso a serviços de saúde reprodutiva. Abordando tais questões e desenvolvendo projetos, abre-se a possibilidade para ajudar a mitigar os impactos de longo prazo da violência sexual na saúde e no bem-estar das sobreviventes.

Ademais, discutir a violência sexual no Congo como uma emergência humanitária ajuda a desafiar as narrativas dominantes que muitas vezes ofuscam a questão (Autesserre, 2012). As narrativas dominantes sobre o Congo tendem a se concentrar na exploração ilegal de recursos minerais, no abuso sexual de mulheres e meninas e na extensão da autoridade do Estado como as principais causas, consequências e soluções para a violência (Autesserre, 2012). Ao destacar a violência sexual como uma emergência humanitária, incentiva uma compreensão mais sutil da questão e a necessidade de intervenções holísticas no sistema interno do país, e intervenções específicas para as sobreviventes.

Além disso, abordar a violência sexual como uma emergência humanitária no Congo reconhece o papel das organizações humanitárias na prestação de cuidados e apoio às sobreviventes. Na ausência de programas governamentais para mitigar os impactos da violência sexual, as organizações humanitárias desempenham um papel crucial no cuidado de sobreviventes de violações inúmeras. Ao reconhecer a violência sexual como uma emergência humanitária, enfatiza a importância de apoiar e fortalecer a capacidade dessas organizações para responder de forma eficaz às necessidades das sobreviventes. (Steiner et al., 2009).

Segundo Albutt, 2016, foram produzidos estudos que no leste do Congo entre 6% e 29% das mulheres sobreviventes de violência sexual são rejeitadas ou abandonadas pelos seus parceiros masculinos ou suas comunidades. Esta rejeição muitas vezes decorre de estigmas sociais associados à violência sexual, onde as sobreviventes são injustamente culpadas pela agressão ou consideradas “contaminadas”. Este abandono acrescenta uma camada extra de trauma às sobreviventes, que não só suportam o custo físico e emocional da violência, mas também enfrentam isolamento social e dificuldades económicas. Este fenómeno agrava o impacto a longo prazo da violência sexual, contribuindo para a desagregação de famílias e comunidades.

A dinâmica implícita do patriarcado na sociedade mostra a extrema desigualdade de género e mostra como as mulheres particularmente são vulneráveis durante a guerra, à medida que estes desequilíbrios de poder pré-existentes são colocados em evidência. A violência sexual durante a guerra não serve apenas como arma contra as próprias mulheres, mas também visa destruir a moral e a coesão de comunidades inteiras, deixando cicatrizes sociais e psicológicas duradouras.

Apontar os abusos vividos pelas mulheres e jovens meninas, dar à luz sobre a violência sexual na República Democrática do Congo como uma emergência humanitária é importante porque chama a atenção para a necessidade urgente de apoio e recursos para enfrentar esse problema, fornece serviços de saúde abrangentes para sobreviventes, desafia as narrativas dominantes e reconhece a papel das organizações humanitárias na prestação de cuidados e apoio. Ao enquadrar a violência sexual como uma emergência humanitária, destaca-se a gravidade do problema e a necessidade de ação imediata para proteger os direitos e o bem-estar das sobreviventes.

Metodologia

A pesquisa apresenta cunho teórico e exploratório, buscando aprimorar o conhecimento acerca da problemática proposta, tornando o tema mais visível. Para tanto, o procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica baseada na análise de fontes secundárias e primárias, tendo como percurso metodológico a revisão historiográfica do Congo desde sua independência aos anos seguintes do fim oficial do conflito. Principalmente dando luz aos estudos realizados sobre a violência sexual contra mulheres na RDC, especificamente durante a Segunda Guerra do Congo e suas consequências. Apesar do escopo de pesquisa ser amplo, foi decidido que a pesquisa seria desenvolvida com dados coletados até o ano 2004, mas isso não significa que as mulheres congoleesas foram bem-vindas com paz e segurança após esse ano.

Ao escrever uma tese sobre a crise humanitária da violência sexual no Congo, incorporar uma perspectiva de história política foi essencial para entender as causas raiz e o contexto da crise (Burke, 1991). A violência no Congo não pode ser isolada da dinâmica política complexa da região, incluindo legados coloniais, o colapso das instituições estatais sob Mobutu e as lutas de poder em andamento envolvendo atores regionais e internacionais. Instabilidade política, governança fraca e conflitos por recursos naturais criaram um ambiente onde a violência sexual foi usada sistematicamente como uma ferramenta de guerra e controle. Examinar isso através de uma lente política revela como a falha do Estado, o papel das milícias e intervenções externas perpetuam um ciclo de violência. Essa perspectiva permite uma análise mais profunda não apenas dos atos de violência, mas também das condições estruturais que permitem e sustentam essas atrocidades. Entender o cenário político é, portanto, crucial para formular qualquer política eficaz ou intervenção humanitária.

A metodologia qualitativa é uma abordagem de pesquisa que visa explorar, descrever, explicar e compreender os fenômenos humanos por meio da análise e interpretação de narrativas pessoais e experiências vividas pelos participantes (Daniel, 2018). É particularmente relevante quando a informação é exigida diretamente de quem vive o fenômeno sob investigação e quando o tempo e os recursos são limitados (Bradshaw et al., 2017). A pesquisa qualitativa envolve gerar e analisar dados textuais abertos para aprimorar a compreensão de um fenômeno, identificando razões subjacentes, opiniões e motivações para o comportamento (Gaglio et al., 2020).

Um método comumente usado na pesquisa qualitativa é a pesquisa bibliográfica. Isso envolve a realização de uma busca abrangente por orientações relevantes, análises e sínteses publicadas de pesquisas qualitativas para reunir conhecimentos e percepções existentes sobre o tópico de interesse (Della Porta, 2008). A pesquisa ajuda pesquisadores a identificar lacunas de pesquisa, gerar novos modelos teóricos ou conceituais e informar o desenvolvimento, implementação e avaliação de intervenções (Della Porta, 2008), apesar da proposta desta dissertação não ser um projeto.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa essencial na condução da pesquisa, pois ajuda na formulação de questões de pesquisa e no planejamento do estudo. Envolve a busca e seleção de artigos e publicações relevantes que forneçam informações relacionadas ao tema da pesquisa. Os dados publicados disponíveis são vastos, portanto, escolher os artigos apropriados que são relevantes para o estudo é crucial. A pesquisa na literatura ajuda os pesquisadores a obter uma compreensão abrangente do conhecimento existente e das lacunas de pesquisa em seu campo de estudo. Ao revisar e analisar estudos anteriores, os pesquisadores podem aproveitar o conhecimento existente e identificar áreas para investigação adicional (Bryman, 2012). Também ajuda a fortalecer o design e o resultado da pesquisa, fornecendo uma base de evidências e apoiando a hipótese da pesquisa (Young et al., 2018).

Outro método usado na pesquisa qualitativa é a análise de dados secundários, que envolve a análise de estatísticas existentes e relatórios anuais, esse método será usado de forma abrangente ao longo da produção da pesquisa presente. Este método permite o exame e interpretação de dados quantitativos coletados para obter insights sobre o fenômeno sob investigação (Agius, 2013). Ao analisar dados secundários, serão identificados tendências, padrões e relacionamentos que podem informar uma análise qualitativa e fornecer um contexto mais amplo para descobertas e perspectivas. (Della Porta, 2008).

O uso da metodologia qualitativa na pesquisa tem várias vantagens. A pesquisa qualitativa pode ajudar a esclarecer e refinar questões de pesquisa, auxiliar na conceituação, gerar hipóteses e identificar as variáveis mais apropriadas a serem medidas (Della Porta, 2008). Também permite que pesquisadores explorem as experiências e perspectivas subjetivas dos participantes, fornecendo informações valiosas que os métodos quantitativos podem não capturar (Daniel, 2018).

Em resumo, a pesquisa bibliográfica e a análise de dados secundários são métodos de pesquisa valiosos que atendem propósitos diferentes. A pesquisa na literatura ajuda a formular questões de pesquisa, planejar o estudo e obter uma compreensão abrangente do conhecimento

existente (Bryman, 2012). A análise de dados secundários permite que os pesquisadores analisem os dados existentes e gerem novos insights ou validem descobertas anteriores (Curran & Hussong, 2009). No entanto, é importante abordar as preocupações relacionadas a cada método para garantir transparência, validade e considerações éticas na pesquisa (Young et al., 2018).

Assim sendo, a busca baseou-se em material já elaborado, constituído, majoritariamente, por artigos científicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Os materiais selecionados e usados no estudo foram em língua inglesa, portuguesa e francesa, esta última com auxílio de ferramentas tradutoras. Durante o processo de pesquisa, tentou-se encontrar materiais nos websites oficiais da Fundação Panzi, ReliefWeb, as páginas oficiais de agências da ONU, as plataformas de pesquisa B.On, JStor e Google Acadêmico, e os arquivos do The New York Times, assim como alguns outros meios de imprensa escrita.

Contexto

Geografia e geopolítica da República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo é um vasto país localizado na Bacia do Rio Congo, cobrindo 2.344.858 quilômetros quadrados, tornando-se o 12º maior país do mundo. Embora a RDC tenha apenas 37 quilômetros de litoral entre Angola ao sul e a República do Congo (Congo-Brazzaville) ao norte, ela ganha acesso ao transporte marítimo pelo Rio Congo.

Em 1996, a população era de 44 118 709, o que dava uma densidade populacional geral de 19 habitantes por quilômetro quadrado¹². A maioria da população está concentrada no extremo oeste ao redor de Kinshasa e em vários centros importantes nas províncias orientais, como Kivu do Norte e Kivu do Sul. No entanto, a alta densidade populacional nas regiões orientais colocou pressão significativa sobre os recursos terrestres, criando potencial para conflito.

A RDC também abriga uma grande parte da segunda maior área florestal do mundo, as florestas da Bacia do Rio Congo. Sua paisagem inclui terreno vasto e acidentado que é quase inacessível, com muitas poucas estradas conectando a capital, Kinshasa, ao resto das províncias. Como resultado, o transporte depende principalmente de viagens aéreas ou rotas de barco ao longo do sistema do Rio Congo. (Dobbins, 2013, p 180 - 181)

A República Democrática do Congo (RDC) é amplamente reconhecida por sua imensa riqueza mineral, que inclui não apenas cobre e cobalto, mas também uma vasta gama de outros recursos estratégicos que sustentam a economia global. O país possui mais de 10% das reservas mundiais de cobre e quase metade (49%) das reservas globais de cobalto, essenciais para a fabricação de baterias recarregáveis e eletrônicos modernos. Esses minerais estão concentrados principalmente na Província de Katanga, uma região que se destaca pela sua importância econômica e geopolítica. (Geenen, 2013, p.91)

Além disso, o leste do Congo, particularmente as províncias de Kivu do Sul e Kivu do Norte, é rico em tântalo (proveniente do coltan), cassiterita (estanho) e ouro. Esses minerais são altamente cobiçados devido à sua utilização em dispositivos eletrônicos, como smartphones, laptops e outros produtos de alta tecnologia. Contudo, a exploração desses recursos muitas vezes ocorre em um cenário de violência e exploração, alimentando conflitos armados que devastam a região (Enough, 2009). A província de Kivu do Sul recebeu duro impacto e imensas

¹² <http://donnees.banquemondiale.org>

South-Kivu, Democratic Republic of the Congo

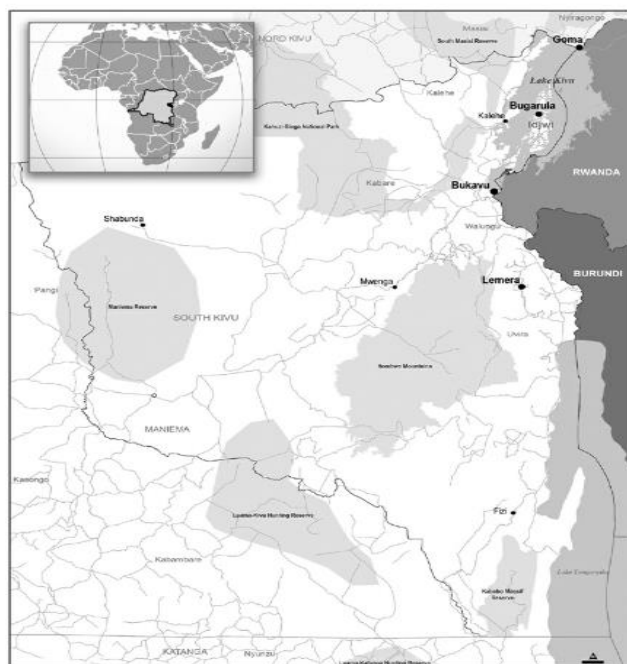


Figura 1 Mapa de Kivu do Sul

alterações a partir do genocídio de Ruanda, seguido pela Primeira Guerra do Congo e posteriormente a Segunda Guerra do Congo. Sua capital, Bukavu, foi originalmente estabelecida como um posto militar em 1900 sob o Estado Livre do Congo do Rei Belga Leopoldo. A cidade inicialmente atraiu colonos, expandindo de 3 km² para 58,26 km² na época da independência. Embora a área da cidade tenha permanecido praticamente inalterada desde então, sua população cresceu significativamente desde a década de 1990. Esse aumento populacional é atribuído a três fatores principais: (1) migração de áreas rurais devido a conflitos e grupos armados, (2) oportunidades de negócios emergentes e (3) infraestrutura precária — como a falta de água, eletricidade e estradas — nas áreas vizinhas, levando as pessoas para a cidade. (Bisoka et al, 2021)

Geopoliticamente, o Congo está localizado em uma região extremamente volátil. Ao norte estão a República Centro-Africana e o Sudão do Sul, previamente à sua independência, a República do Sudão, ambos países apenas moderadamente mais estáveis durante os anos 1990. A oeste está a República do Congo (Congo-Brazzaville), que passava por uma guerra civil durante os anos finais da década de 1990. Ao sudoeste está Angola, um país que suportou décadas de conflitos por procuração durante a Guerra Fria. Ao sul se encontra a Zâmbia, curiosamente um dos poucos países que possuem fronteira com a RDC e não esteve envolvido

durante os conflitos da década de 1990. A leste está a região dos Grandes Lagos, Uganda, Tanzânia, Burundi e Ruanda, a primeira metade esteve em relativa paz durante essa década, no entanto a segunda metade foi lar para uma guerra civil que durou mais de uma década e o local do genocídio mais devastador da África na história recente. (Mazrui, Wondji, 2010)

O Congo sob domínio belga – período colonial

O país que atualmente é conhecido como República Democrática do Congo, ou RDC, passou por múltiplas transformações e nomenclaturas ao longo dos últimos 150 anos, algumas destas como o Estado Livre do Congo, o Congo Belga, República do Congo-Leopoldville e República do Zaire antes de ser renomeado para RDC em 1997. Durante todo o tempo, o país tem sido o local de conflitos internos quase ininterruptos, ou guerra por procuração (proxy war) entre potências imperiais ou estados fronteiriços. No tempo presente, o país é tido como um estado falido em termos de corrupção, tensões étnicas, conflito persistente, forças de segurança autoritárias e economia subdesenvolvida. Muitas das características usadas para descrever o Congo possuem influência do seu período de manipulação belga, que foi turbulento e extremamente violento. (Lawson et al, 2010, p. 81)



Figura 2 Caricatura de Rei Leopoldo

A palavra “manipulação” foi usada no lugar da palavra “colonização” porque o rei belga Leopoldo II, ardilosamente montou um aparato de exploração chamado Associação

Internacional Africana e recrutou um dos homens mais desumanos, Henry Morton Stanley, para explorar os Congos. Essas ações levaram à criação do Estado Livre do Congo, em 1885, após a Conferência de Berlim (Uzoigwe, 2010, p. 32). O rei Leopoldo II da Bélgica adquiriu esta vasta colônia durante a Conferência de Berlim após apresentar falsamente suas intenções como humanitárias, "confederação de repúblicas negras livres". Já dizia Pagan Kennedy, que se Leopoldo fosse um homem de outro tipo, talvez se contentasse com suas estufas, jardins de lazer e encontros frequentes com prostitutas, que por vezes eram extremamente jovens. No entanto, para ele, essas eram apenas distrações. Sua real ambição era se tornar um dos homens mais poderosos do mundo, e para isso, ele precisava dominar uma colônia. (French, 2005)

A respeito da colonização, o passado diplomata congolês, Thomas Kanza mencionou em 1968,

“A colonização é um fenômeno que não deve ser confundido com organizações de caridade que doam sem nenhuma esperança de recompensa ou ajudam os outros por meio de um amor genuíno pela raça humana. A colonização é um investimento que promete bons retornos ou, se preferir, um empréstimo com uma taxa de juros exorbitantemente alta. Se não for esse o caso, a colonização falhou. No caso do Congo, a Bélgica já se recuperou e continua a se beneficiar de seus interesses adquiridos em sua antiga colônia. A viabilidade do Congo como nação depende em parte de uma reorientação da economia em direção a esses interesses especialmente benéficos para o país e para a África como um todo.” (p.58, tradução nossa)

O fato de que Leopoldo era um rei com perfil discreto permitiu que ele operasse despercebido, usando bajulação, rumores e falsas alegações contra o tráfico de escravos árabes. Ele garantiu aos líderes europeus que seu trabalho no Congo era motivado pela caridade cristã. Em vez disso, sob o disfarce do "fardo do homem branco", uma das piores atrocidades da história se desenrolou. Os africanos foram forçados a trabalhar na produção de borracha, punidos severamente, incluindo ter as mãos cortadas, se não cumprissem as cotas, e durante os períodos da produção da borracha, eles eram estritamente proibidos de trabalhar em suas lavouras. O explorador Stanley em suas expedições forçava os africanos colonizados acorrentados a carregar suprimentos pelo Congo, e quando sentia vontade súbita, tirava a vida destas pessoas. Enquanto os ocidentais abraçam o mito de uma "missão civilizadora", os congoleses se lembram de Stanley como Bula Matari, ou o Triturador de Pedras, pela maneira cruel como ele obrigava os trabalhadores a abrir estradas através de florestas e rochas. (French, 2005)

No ano de 1900, no dia 4 de janeiro, ocorreu um massacre em Luebo em que congoleses tiveram 14 de suas vilas incendiadas, mais de 90 pessoas foram assassinadas e esquarteradas. Outras 60 mulheres e 60 homens foram detidos no sistema carcerário. O motivo do massacre?

A população não foi capaz de arrecadar suficiente para pagar os impostos cobrados pelo Estado (NYT, 5/1/1900). Este foi apenas um exemplo para representar a crueldade belga no Congo, milhares outros podem ser facilmente encontrados na literatura e no meio jornalístico.

Na década de 1930, o Congo liderava a lista mundial de países produtores de rádio e cobalto, ocupava o segundo lugar na produção de diamantes, o quinto em cobre, o décimo em estanho e o décimo segundo em ouro. Deve-se acrescentar que a potência de cachoeiras e demais quedas d'água, era estimada em 90 milhões ou metade da potência hídrica potencial da África como um todo. (Wauters, 1930, p.53)

Nas décadas seguintes, nos pós II Guerra Mundial menciona-se um de seus grandes atores do século, a bipolaridade. Tendo isso em mente, para a explicação e compreensão da atuação deste grande ator, foram abordadas as teorias das relações internacionais idealizadas no pós-2ª Guerra Mundial, tais como o realismo, que gerou o behaviorismo e o neorrealismo, esta última teoria foi proposta pelo cientista político Kenneth Waltz, que possibilitou a assimilação dos aspectos de tal teoria a conjuntura política das décadas subsequentes à Segunda Grande Guerra.

Dentre os aspectos do neorrealismo, um imprescindível de se mencionar é o modo como se estabelece a estrutura de um sistema político internacional e segundo Waltz os três pontos que compõem essa estrutura são: anarquia -pois não há uma única autoridade que rege os Estados-, ausência de uma diferenciação de função entre os Estados -cada um no geral desempenha as mesmas funções- e pela distribuição desigual de capacidades -os poderes grandes e os pequenos são, claramente, distintos. Ou seja, “As estruturas emergem da coexistência dos Estados” (Waltz, 2002, p 114), com o fim da 2ª GM o sistema político sofreu impacto com a rija diminuição da quantidade de potências que antes existiam. O antigo poderio das nações europeias entrou em decadência e abriu espaço para as novas grandes potências, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entrarem nas recém-independentes ex-colônias europeias e nas colônias que eram mantidas por frágeis fios e assim, fortalecerem suas influências.

Independência e a Crise do Congo

Na Bélgica, o público, a imprensa e o Parlamento foram tranquilizados de que o Congo estava sob controle e seu povo estava contente. No entanto, os tumultos de Leopoldville em

janeiro de 1959 revelaram aos belgas que as coisas estavam longe de ser estáveis, expondo uma divisão entre a Bélgica e sua colônia. Os belgas na metrópole tinham pouca vontade de permanecer como governantes coloniais e não estavam dispostos a fazer sacrifícios (Peemans, 1980). Em contraste, em 1959, a França intensificou seus esforços militares na Argélia, o que a política belga estava ansiosa para evitar. A ideia de usar a força para manter o controle no Congo teria sido rejeitada por grande parte do Parlamento e da opinião pública. Outro evento importante naquele ano foi o discurso do presidente de Gaulle em 1958 em Brazzaville, oferecendo independência às colônias francesas subsaarianas. A maioria dessas colônias optou por uma independência limitada, permitindo que a França mantivesse interesses importantes e aumentasse sua influência internacionalmente. (Weiss, 2012, p.11?)

A Bélgica optou por seguir o modelo francês, essa abordagem envolvia apoiar partidos políticos moderados e planejar uma transferência gradual de poder, originalmente prevista para levar cerca de cinco anos, com o Rei belga possivelmente permanecendo como chefe de estado. No final de 1959, esse era o plano da Bélgica para o futuro do Congo. Mas depois de menos de três meses, confrontado com a frente unida dos líderes políticos congolese, ele teve que conceder a independência completa para seis meses depois, ou seja, no final de junho de 1960. No entanto, essa unidade entre os líderes congolese se dissolveu quando as eleições foram marcadas para maio de 1960. Assim que os delegados retornaram de Bruxelas, eles mudaram o foco das negociações nacionalistas para a competição eleitoral, fragmentando-se em partidos concorrentes. (Nwaubani, 2001, p. 607)

As eleições revelaram que o público congolês, especialmente nas áreas rurais, era muito mais radical do que o esperado. Eles viam a independência como uma oportunidade de se libertar do sistema colonial opressivo e antecipavam uma nova riqueza, com alguns até acreditando que receberiam tratores após a independência (Weiss, 2012, p 113). Esse espírito revolucionário impulsionou partidos radicais, levando ao sucesso do partido de Patrice Lumumba, que ganhou a maioria dos votos e garantiu sua posição como primeiro-ministro e chefe do governo, representando aspirações nacionalistas, unitaristas, radicais e panafricanistas, em contraste ao chefe de Estado, o presidente Joseph Kasavubu, que representava as correntes regionalistas, federalistas e moderadas. (M'Bokolo, 2010, p.255)

Infelizmente, o período democrático e de paz não foi muito duradouro e logo uma guerra civil se instaurou no Congo.

Duas semanas após declarar independência, o Congo enfrentou grandes crises: um motim no exército sobre a continuação da exclusividade racial do corpo de oficiais belgas, a

fuga em massa do restante da equipe administrativa, um ataque naval belga em Matadi e o apoio belga à secessão de Katanga, sua região mais rica. O país recém-independente ficou sem um exército eficaz, administração funcional ou recursos financeiros. Esses eventos destruíram as esperanças de um futuro estável e roubaram do povo congolês a chance de enfrentar seus desafios de forma estruturada e organizada. (Newbury, 2012, p. 133)

No início de julho, a Bélgica enviou tropas ao Congo, citando a necessidade de proteger os cidadãos belgas e os interesses econômicos, ao mesmo tempo em que apoiava movimentos secessionistas em Kasai, região rica em minas de diamantes, e Katanga. Esta intervenção violou um tratado assinado antes da independência congoleza, que exigia a aprovação do novo governo para o envio de tropas. As ações da Bélgica foram motivadas por sua dependência dos recursos do Congo, já que tanto o governo quanto o setor privado buscavam manter o controle da economia congoleza. Eles também se opuseram à liderança de Lumumba, temendo sua postura anticolonial e desejo de diversificar os laços econômicos e abertura à ajuda soviética. Essa última preocupação belga reflete bem o período da Guerra Fria. (Collins, 1993, p. 250)

Ao tomarem conhecimento das inúmeras disputas dentro do recém independente e frágil estado congolês, Lumumba e Kasavubu solicitaram conjuntamente a intervenção das tropas da ONU, que ficou conhecida como ONUC, Operação das Nações Unidas no Congo, para preservar a integridade territorial, a unidade nacional e a soberania do Congo. Lumumba aceitou que o papel da ONU era tacitamente, mas claramente, baseada em sua suposta disposição de ajudar o novo governo a exercer controle sobre o território nacional e combater os secessionistas. Quando no final de julho ficou claro que o Secretário-Geral não ordenaria que as tropas da ONU combateriam os movimentos secessionistas, Lumumba começou a solicitar assistência militar soviética para acabar com a sucessão de Katanga e se opor à presença da ONU. Do lado oposto se encontravam as forças ocidentais, os EUA e seus aliados e, a ex-colonizadora, Bélgica. Os EUA, especialmente, estavam interessados no distanciamento de Lumumba aos soviéticos e forneceu US\$ 1 milhão às Nações Unidas para ser encaminhado a Joseph Désiré Mobutu no início de setembro de 1960 para pagar os soldados congolezes inquietos e famintos e mantê-los leais a Kasavubu durante sua tentativa de destituir Lumumba do cargo de primeiro-ministro. Lumumba foi destituído neste mesmo mês, detido em dezembro e no início de 1961, ele foi assassinado por quatro oficiais belgas na região de Katanga a mando de Moïse Tshombe. (Collins, 1993, p. 252-254)

Entre os anos de 1960 e 1965, o país vivenciou intensos conflitos de secessão, até que Mobutu concretizou seu segundo e, para sua satisfação, bem-sucedido golpe de Estado. Em 24

de novembro de 1965, o Major-General Mobutu, então comandante do exército congolês, anunciou por meio da estação de rádio de Leopoldville que assumiria o poder, retirando-o das mãos de Kasavubu.

A decisão foi tomada por Mobutu e o exército por acreditarem que o ex-presidente era um “fracasso absoluto” como político e que o exército era a única instituição nacional de confiança. Durante sua transmissão de rádio, Mobutu comunicou que o governo congolês reafirmava seu compromisso de manter relações de amizade e cooperação com os países vizinhos, enfatizando a importância da harmonia regional. Em alinhamento com essa postura, o Congo estava disposto a aderir à Organização dos Estados Africanos e Malgaxe, condicionado à aprovação do Parlamento, demonstrando seu empenho em fortalecer laços diplomáticos no continente. O processo de reaproximação com outros Estados africanos continuaria a ser uma prioridade, visando consolidar parcerias que promovessem o desenvolvimento mútuo. Ao mesmo tempo, o governo deixava claro que não toleraria qualquer tipo de interferência externa em seus assuntos internos, defendendo a soberania nacional de forma intransigente. Em um gesto de abertura, o governo anunciava a suspensão da censura imposta anteriormente a diversos jornais, convidando seus editores a retomar suas atividades de publicação, em conformidade com os princípios de liberdade de imprensa. Além disso, reafirma seu compromisso com o respeito aos direitos constitucionais, garantindo a proteção da liberdade de consciência, religião, expressão, imprensa e de reunião para todos os cidadãos. Este conjunto de ações refletia o empenho do governo em promover a estabilidade interna e a cooperação internacional, pautando-se pelo respeito às liberdades fundamentais e pela busca de uma política externa pacífica e soberana. (Reuters, 1965)

Era Mobutu

Joseph Desiré Mobutu, Mobutu Sese Seko, “le guide”, “le redempteur”, ou “le clairvoyant”, foi uma das figuras políticas africanas mais conhecidas da segunda metade do século XX. Mobutu permaneceu no poder por mais de três décadas e passou por diferentes fases: ditadura militar clássica (1965-1968), regime personalizado de ditadura política, o surgimento de um sistema unipartidário e a concentração do poder total nas mãos do Chefe de Estado.

Após assumir o poder, Mobutu fez várias mudanças para fortalecer seu controle. Ele concentrou o poder em suas próprias mãos em vez de em qualquer escritório ou instituição,

apelou diretamente ao povo e desenvolveu uma ideologia nacional. Ele centralizou a administração com tecnocratas treinados em universidades, reduziu a independência dos ministérios do governo e assumiu o controle direto dos militares e da polícia. Em 1966, Mobutu aboliu o cargo de Primeiro-Ministro para remover qualquer fonte de rivalidade e ser Chefe de Governo e Estado, e em 1967, ele baniu partidos políticos, criando um estado de partido único sob "Le mouvement populaire de la révolution" MPR (Movimento Popular da Revolução). Ele também reduziu o número de províncias para facilitar ainda mais o controle. À chegada da década de 1970, Mobutu havia efetivamente usado o poder repressivo para consolidar seu controle sobre o país inteiro. Seus métodos trouxeram um nível de estabilidade política e desenvolvimento econômico que os líderes anteriores tentaram, mas falharam em alcançar.(Kabwit, 1979)



Figura 3 Presidente Mobutu

A conjuntura positiva em que se encontrava Mobutu não se estendeu como idealizado. Os problemas econômicos que assolaram o Zaire, novo nome do país durante a ditadura Mobutuísta, foram em parte devido às condições globais, especialmente a queda acentuada nos preços do cobre, que fornecia a maior parte de sua renda internacional. Entre 1974 e 1975, os

preços do cobre despencaram, reduzindo pela metade a receita do cobre do Zaire. Outros desafios incluíram interrupções no transporte, devido à Guerra em Angola, e o aumento dos preços do petróleo afetando muitas nações em desenvolvimento. Internamente, as decisões de Mobutu pioraram as coisas. Sua política de "zairianização" de 1973, que nacionalizou empresas estrangeiras, foi um fracasso. Os partidários administraram mal essas empresas, levando a um declínio econômico ainda maior. Em 1976, após deixar de pagar os empréstimos, Mobutu reverteu suas políticas, devolvendo os negócios aos seus antigos donos e buscando ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional), que introduziu reformas financeiras para estabilizar a economia. (Adelman, 1978)

Em meados da década de 1970, o Zaire implementou o "Plano Mobutu" para estabilizar a economia e buscou ajuda financeira do FMI e de outros credores internacionais. De 1975 a 1978, o Zaire recebeu US\$ 305 milhões em empréstimos para lidar com o aumento dos preços do petróleo e o declínio das receitas de exportação, juntamente com outras ajudas financeiras. No entanto, dois grandes desafios impediram o progresso: o governo do Zaire tratou os altos preços do cobre como permanentes, levando a crescentes déficits fiscais, e a corrupção generalizada desviou grande parte da receita potencial do país antes que pudesse ser devidamente utilizada. Apesar do apoio internacional, a gestão ineficiente e a supervisão deficiente contribuíram para a instabilidade econômica em curso. Por volta do ano de 1982, Erwin Blumenthal, a pessoa responsável por supervisionar as operações do FMI no banco central do Zaire, preparou um relatório altamente detalhado criticando o desvio de ativos do banco central por Mobutu para uso pessoal. Apesar disso, no ano seguinte, o quarto programa de estabilização econômica do FMI no Zaire começou. (Boughton, 2001, p. 805-806)

Os programas de estabilização econômica se tornaram, estranhamente, comuns nas décadas de 1970 e 1980, caso o programa não fosse bem sucedido, um novo era planejado a seguir. O programa de 1983, que teve duração até o ano de 1985, fez com que o Zaire fizesse ajustes econômicos significativos. O déficit orçamentário geral caiu de 11% do PIB em 1982 para 5,9% em 1985, e o déficit em conta corrente diminuiu para 4,9%. A inflação, que atingiu o pico de mais de 100% em 1983, foi reduzida para 20% em 1984, mas subiu novamente para 40% em 1985. A economia cresceu a uma taxa média anual de 2,6%. O Zaire também normalizou as relações com seus credores, fez pagamentos regulares de dívidas e reduziu os atrasos externos. No entanto, apesar dessas melhorias, o país não recebeu muito apoio adicional de doadores internacionais. Foi então que a má disciplina financeira de 1986-1988 fez com que os atrasos de dívida do Zaire crescessem, apesar de receber ajuda de doadores e alívio da dívida

de credores. Em 1988, os atrasos externos eram equivalentes a 44% da receita de exportação do país. Embora esse número tenha caído temporariamente para 24% em 1989, os atrasos rapidamente começaram a aumentar novamente. À medida que as exportações diminuíram na década de 1990, os atrasos dispararam, atingindo 286% das receitas de exportação em 1992 e impressionantes 436% em 1996. (Kiakwama, Chevallier, 1999)

No final da década de 1980, e mais ainda na década de 1990, a influência do governo central enfraqueceu significativamente. À medida que o controle do estado recuava, poderes regionais emergiam nas províncias, assumindo autoridade crescente. Essa mudança refletiu uma transição econômica mais ampla, com a atividade se movendo do setor formal para o informal. À medida que as autonomias regionais se fortaleciam, o poder central diminuía. Infelizmente, a ascensão desses poderes regionais frequentemente carregava tensões étnicas, levando à violência. Por exemplo, a agitação na região de Kivu, começando no início da década de 1990, decorreu de disputas sobre direitos de terra e cidadania, mesmo antes do genocídio de Ruanda e das duas guerras do Congo. (Schatzberg, 2012, p.119)

Estudo de Caso

A guerra civil e o genocídio de Ruanda e seus efeitos na República Democrática do Congo

Rwandan proverb “Abagore ntibafite ubwoko”—wives have no identity (Burnet, 2015, p.4)¹³

A guerra civil de Ruanda começou em outubro de 1990, quando a Frente Patriótica de Ruanda (FPR), um grupo composto em grande parte por exilados tutsis que haviam fugido de violências anteriores, lançou uma invasão de Uganda. O conflito deslocou cerca de metade dos seis a oito milhões de ruandeses, com dois milhões de deslocados internos e outros dois milhões fugindo para países vizinhos. Em abril de 1994, extremistas hutus, buscando controlar a luta pelo poder entre o governo, a oposição e a FPR — apesar do progresso feito com a assinatura do Acordo de Arusha em agosto de 1993 — desencadearam um genocídio brutal. (Dallaire, 2003)

Os meses entre abril e julho de 1994 marcaram o conflito entre os grupos étnicos Hutu e Tutsi em Ruanda e revelou à comunidade internacional como as tensões étnicas poderiam rapidamente escalar para violência política, culminando em genocídio. O genocídio, que atraiu a atenção global, resultou no massacre de cerca de 800.000 a dois milhões de Tutsis — que compunham apenas 14% da população de Ruanda — por milícias Hutu, conhecidas como Interahamwe. Além disso, mais de 250.000 mulheres Tutsi foram vítimas de estupro sistemático durante as atrocidades, apesar do número ser incerto a Human Rights Watch afirma que dezenas de milhares foram violadas, e há dados que revelam números tão altos quanto 500.000 (Yakti, 2022).

O genocídio tem raízes no tratamento colonial que sua população recebeu de seu Estado colonizador, a Bélgica. A prática de atribuir identidades Bahutu, Batutsi e Batwa através da linha masculina foi introduzida pelos belgas em 1933 por conveniência administrativa. Na Ruanda pré-colonial, o reino era dividido em clãs compartilhados por todos os grupos, mas sob

¹³ Provérbio ruandês “Abagore ntibafite ubwoko” - esposas não têm identidade. (Burnet, 2015, p.4) (tradução nossa)

o domínio colonial, os belgas elevaram os Tutsi a posições de poder, dando acesso a papéis administrativos, educação básica e empregos no setor moderno, como posições no exército e senhores de gado. Enquanto isso, a maioria da população hutu foi relegada ao trabalho forçado e ao trabalho agrícola. O que eram categorias de identidade flexíveis tornaram-se rótulos étnicos rígidos. Os belgas também formalizaram essas divisões políticas emitindo carteiras de identidade que categorizavam os indivíduos com base em sua etnia, consolidando ainda mais essas divisões como identidades étnicas fixas. Identidades mistas, como Hutu-Tutsi, foram amplamente ignoradas. (Prunier, 1995; Newbury, 1995)

Essas distinções étnicas endurecidas alteraram as atitudes em relação ao casamento misto, especialmente entre Hutu e Tutsi. Relações sexuais intergrupais, anteriormente privadas, começaram a ser discutidas e examinadas publicamente, particularmente na preparação para o genocídio. Tanto no período colonial quanto no pré-colonial, o concubinato de mulheres Hutu por elites Tutsi era comum, semelhante às práticas feudais europeias. Após a independência, algumas elites políticas hutus se casaram com mulheres tutsis ricas, criando laços econômicos, mas também alimentando ressentimento entre homens e mulheres Hutu mais humildes, que foi explorado durante as campanhas de ódio do início da década de 1990. (Hintjens, 1999)

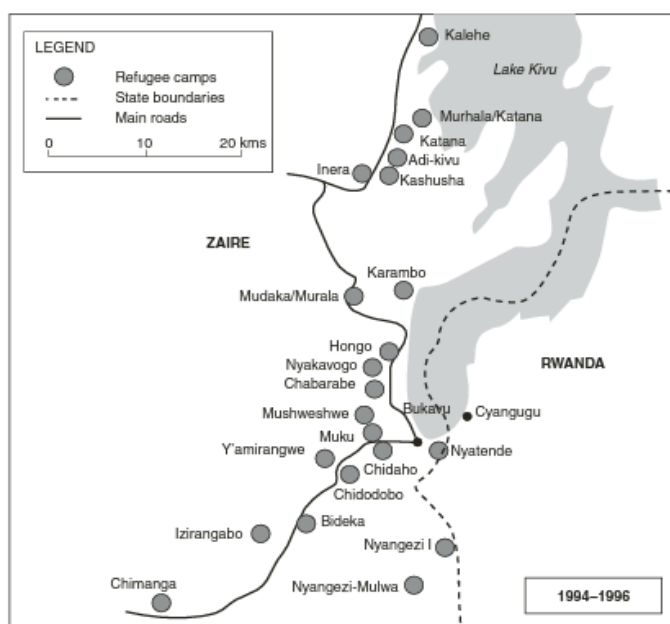
O estupro e a violência baseada em gênero ficaram conhecidas como facilitadores de genocídio no caso de Ruanda pois muitas mulheres foram submetidas à escravidão sexual, humilhação e várias formas de tortura sexual. Des Forges (1999) indica que o estupro foi sistematicamente usado como um meio de infectar mulheres Tutsis com HIV/AIDS, resultando em sofrimento prolongado, em alguns casos, os agressores mutilaram as mulheres durante ou antes de matá-las, cortando seus seios, esfaqueando suas vaginas com lanças, flechas ou varas pontiagudas, ou desfigurando partes do corpo que eram vistas como distintamente "Tutsi", como dedos longos ou narizes finos. Além disso, mulheres Tutsis foram agredidas para infligir tormento em suas famílias. O estupro foi ainda mais usado como arma para punir essas mulheres por seu papel em carregar a futura geração Tutsi, que era vista como uma ameaça à pureza e segurança do Estado (Beyene, 2014).

Os agressores usaram o estupro como parte de seu esforço para exterminar a população Tutsi, com alguns sendo influenciados pela propaganda sobre mulheres tutsis circulada antes do genocídio. Essas mulheres eram retratadas como astutas e inteiramente leais a seus pais e irmãos. Muitas vezes consideradas bonitas, as mulheres Tutsis também eram ditas para menosprezar os homens Hutus, julgando-os indignos de sua atenção. Muitos agressores abusavam verbalmente das mulheres por sua suposta arrogância enquanto as estupravam. Se os

agressores decidissem poupar suas vidas, eles tratavam as mulheres como troféus, mantendo-as para si ou distribuindo-as aos subordinados como recompensas por seu papel na matança de Tutsis. Algumas mulheres eram mantidas em cativeiro por semanas ou meses e forçadas à escravidão sexual. Na escola de enfermagem de Kabgayi, os soldados exigiam que a diretora entregasse as alunas como umusanzu (uma contribuição ao esforço de guerra). Dorothée Mukandanga, a diretora Hutu, recusou e foi morta. (Des Forges, 1999, p. 307)

A imprevisibilidade do estupro é usada para incutir medo na comunidade, sinalizando que a resistência é inútil — não apenas para as vítimas diretas, mas também para aqueles que podem tentar protegê-las. No cerne da prática cultural de estuprar mulheres "inimigas" está a institucionalização profundamente enraizada de visões e comportamentos que tratam as mulheres como propriedade. Levando em consideração os seguintes costumes: em algumas sociedades, os noivos são obrigados a pagar pelas noivas, compensando a família da noiva pela perda de seu valor produtivo e reprodutivo. Em outras, como as patrilineares, apenas os chefes de família do sexo masculino são reconhecidos, dando aos homens controle exclusivo sobre os bens da família, incluindo autoridade sobre o trabalho de suas esposas e seus resultados. Além disso, algumas sociedades reforçam a noção de que as mulheres permanecem menores legais durante toda a vida, sob a tutela de seus pais, irmãos, maridos ou filhos. (Turshen, 2001, p.60)

Ao observar a conjuntura em que Ruanda se encontrava, é posto em questionamento onde se encontravam os atores da intervenção humanitária, visto que o caso representa um país envolto por conflito armado em que a maioria de sua população está ativamente causando sofrimento e representando ameaça à população, mas é importante ressaltar a presença de agências como o ACNUR, o MSF e a expansão da UNAMIR (Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda). A chegada de forças armadas da França, Holanda, Israel e Japão influenciou os deslocados a se estabelecerem perto da fronteira assim que cruzavam, tornando mais fácil para organizações humanitárias em Goma e Bukavu fornecer ajuda. No entanto, isso também permitiu que os líderes do genocídio consolidassem o poder em campos ao longo da fronteira, enquanto se beneficiavam da assistência internacional. (Bradol, Le Pape, 2017, p.48)



Map 2.3 Rwandan refugee camps, Bukavu (Zaire)

Figura 4 Campo de refugiados ruandeses em Bukavu

Em meados de julho, estima-se que 800.000 a 1.000.000 de refugiados ruandeses chegaram a Kivu do Norte. Organizações humanitárias como MSF e ACNUR basearam seu planejamento na estimativa mais alta, pois uma contagem exata era impossível durante o rápido fluxo de pessoas. Entre os refugiados, MSF observou uma presença significativa de soldados armados, provavelmente em torno de 20.000, que eram membros da derrotada Forças Armadas Ruandesas (FAR). Em 24 de julho, MSF relatou incerteza sobre o número de chegadas em Kivu do Sul também. ACNUR registrou inicialmente 200.000 refugiados em Bukavu em 20 de julho, mas MSF revisou esse número para 50.000 em 24 de julho. (Bradol, Le Pape, 2017, p.47-48)

O genocídio de Ruanda foi encerrado em julho pela Frente Patriótica Ruandesa e os mesmos assumiram o governo do país. Conforme a FPR avançava por Ruanda no verão de 1994, quase dois milhões de hutus foram levados ao exílio pelos mesmos líderes que antes os incitavam a cometer atrocidades, e muitos dos perpetradores do genocídio tiveram a oportunidade de atravessar a fronteira e se estabelecer nos campos de refugiados na RDC. Em muitas áreas rurais no sul, particularmente onde os hutus desertaram, os campos foram tomados por arbustos, e casas de adobe abandonadas começaram a ruir. (Gourevitch, 1998)

Em 22 de julho, a MSF iniciou suas operações em Bukavu, Kivu do Sul. Cerca de 50.000 refugiados se estabeleceram na cidade, com muitos vivendo em áreas abertas, levando a MSF a concentrar seus esforços lá. Em 23 de agosto, a organização abriu um dispensário no

seminário Alphagéry, que abrigava 20.000 pessoas, e estabeleceu uma unidade de isolamento para cólera e disenteria perto do hospital geral. À medida que a crise nutricional piorava em agosto e as distribuições de alimentos continuavam escassas, a MSF e outras ONGs começaram a distribuir mingau para crianças desnutridas menores de cinco anos e montaram uma cozinha comunitária para crianças locais e refugiadas, bem como para adultos destituídos. As autoridades zairenses, em acordo com o PMA, optaram por não distribuir rações secas em Bukavu para encorajar a realocação de refugiados. (Bradol, Le Pape, 2017, p.49-50)

A Primeira Guerra do Congo: Libertação do povo congolês de Mobutu e a ascensão de Laurent-Desiré Kabila

Vous, les Zairois et nous vos libérateurs¹⁴ (ditado da AFDL)

Em março de 1996, William Reno avistava sinais de que o presidente do então Zaire, Mobutu, conhecido por transferir o poder burocrático para interesses comerciais, estava atraindo cada vez mais atenção dos círculos empresariais e diplomáticos franceses, que agiam com cautela ao redor de suas manobras políticas e econômicas em meio ao colapso das instituições formais de seu país, e a influência de poderes concorrentes. Reno (1996), acreditava que as economias africanas estavam se tornando menos marginalizadas com o fim da Guerra Fria, de maneiras menos convencionais e frequentemente violentas, não obstante permaneciam ativas na economia global.

Como Jackson apontou, o reconhecimento global da soberania deu aos governantes de estados africanos fracos certos privilégios. Após a Guerra Fria, essa soberania formal também tornou mais fácil para líderes como Mobutu fazer acordos com empresas e credores estrangeiros, o que era uma parte importante de sua estratégia política. Essa visão se alinha com análises que sugerem que o poder político no Zaire dependia mais de redes informais ligadas ao controle econômico do que de práticas formais de governo. No entanto, esses métodos políticos frequentemente entravam em conflito com a eficiência econômica. Em 1990, Mobutu percebeu que a tensão entre manter o poder político e lidar com a ineficiência econômica estava tornando mais difícil para ele recompensar seus aliados leais. O fim da Guerra Fria piorou esse

¹⁴ Vocês, os zairenses e nós, seus libertadores (Collins, 1997, p. 280, tradução nossa)

problema. Ele precisava enfraquecer o poder crescente de homens fortes indisciplinados enquanto encontrava novas fontes de riqueza, porém não obteve sucesso nessa empreitada. (Reno, 1997)

Em 1996, a situação política do Zaire estava paralisada. O parlamento de transição, encarregado de organizar eleições para descentralizar o governo de Mobutu, estava paralisado por lutas internas, e a comissão eleitoral nacional não tinha credibilidade. Políticos em Kinshasa, chamados de "classe política", mostraram pouco interesse em realizar eleições. Desde 1993, ativistas políticos frustrados tinham se aproximado de países vizinhos, incluindo pequenos grupos com laços lumumbistas na Tanzânia e Uganda, bem como os "tigres" anti-Mobutu de Angola. No entanto, esses esforços por si só não conseguiram derrubar Mobutu. O sistema político do Zaire entrou em colapso, com as crescentes tensões em Kivu do Sul e Kivu do Norte se tornando uma questão regional. Uganda, Tanzânia, Ruanda, Burundi e Angola tinham se voltado contra Mobutu, com exércitos militarmente mais fortes, especialmente as forças disciplinadas de Ruanda e a máquina militar bem equipada de Angola. (Kennes, 1998)

Para além da drástica mudança na relação entre os países e o governo Mobutu, um antigo e extremamente influente aliado também mudou sua associação com o Congo. Apesar dos relatos de corrupção e abusos de direitos humanos no Zaire, os EUA forneceram ajuda militar significativa ao regime de Mobutu, entregando mais de US\$ 300 milhões em equipamentos militares, incluindo aviões de transporte C-130, rifles, caminhões e equipamentos de comunicação. Por meio do programa International Military Education and Training (IMET), os EUA também treinaram 1.350 soldados de Mobutu, a um custo de mais de US\$ 100 milhões. Embora as forças zairenses tenham se tornado conhecidas pela violência contra civis, os EUA justificaram essa ajuda como necessária para manter a estabilidade interna e combater a influência soviética. Mesmo depois da Guerra Fria, em 1991, os EUA enviaram mais de US\$ 4,5 milhões em equipamentos militares para Mobutu, embora o Congresso tenha posteriormente suspenso a assistência econômica devido aos inadimplementos de empréstimos do Zaire. Apesar da retórica dos EUA sobre a promoção da democracia, essa política parecia mais focada em garantir interesses estratégicos na região do que em promover a estabilidade ou os direitos humanos. (Hartung, Moix, 2000)

Apesar das Forças Armadas Zairenses (FAZ) de Mobutu serem bem equipadas, os militares de Mobutu fizeram vista grossa quando pessoas armadas entre os refugiados ruandeses lançaram ataques transfronteiriços em Ruanda, visando assassinar sobreviventes do genocídio, testemunhas e expulsando Tutsis do Kivu do Norte. (Collins, 1997)

O influxo de refugiados ruandeses em 1996 incluía membros da Interahamwe, a milícia responsável pelo genocídio de 1994 contra tutsis e hutus moderados em Ruanda. Esses refugiados se estabeleceram no Congo, onde a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) lançou ataques, acusando a Interahamwe de planejar novos ataques contra populações tutsis congolezas (Banyamulenge) e tutsis ruandeses (Banyarwanda). É importante notar que o leste da República Democrática do Congo há muito tempo tem uma presença significativa de tutsis e hutus, ambos de ascendência congoleza e ruandesa. Como resultado, ambos os grupos se tornaram alvos de violência da Interahamwe e da FPR, com os tutsis congolezes eventualmente tomando medidas com o apoio do governo ruandês. (Lugardo, 2010)

O vice-presidente ruandês, general Major Paul Kagame, em outubro de 1996, ordenou que suas tropas, a AFDL (Alliance des forces démocratiques pour la libération du Congo) oficialmente formada em Kigali com o objetivo de derrubar o presidente Mobutu e liderada por Laurent-Desiré Kabila, apoiados por tropas, armas e logística de Ruanda, soldados da AFDL, do Exército Patriótico Ruandês (EPR), da Força de Defesa do Povo de Uganda (FDPU) e das Forças Armadas do Burundi (FAB), lançassem uma rápida ofensiva no Zaire, destruindo campos de refugiados hutus ruandeses e burundineses. Mais tarde, no fim de 1996, ele enviou 2.000 soldados tutsis bem treinados para apoiar o movimento rebelde congolês na derrubada de Mobutu (Emizet, 2000).

Enquanto centenas de milhares de refugiados ruandeses retornaram para casa, outros, junto com ex-FAR/Interahamwe, fugiram para o interior do Zaire, onde foram perseguidos implacavelmente por soldados da AFDL/APR. Essas forças destruíram sistematicamente campos de refugiados e atacaram qualquer um que oferecesse ajuda. No início de 1997, Angola se juntou à operação apoiada por Ruanda e Uganda, apoiando a ofensiva da AFDL/APR/FDPU. A perseguição de refugiados hutus, incluindo civis, resultou em atrocidades generalizadas, com dezenas de milhares de hutus, incluindo mulheres, crianças e idosos, sendo executados, frequentemente com armas brancas. Muitos outros foram baleados, estuprados ou espancados. Apesar dos abusos generalizados de todos os lados, a AFDL/APR fez um rápido progresso e, em 17 de maio de 1997, eles entraram em Kinshasa, onde o líder da AFDL Laurent-Désiré Kabila se declarou presidente e renomeou o país como República Democrática do Congo (RDC). (ACNUDH, 2010)

Conquanto a partida de Mobutu foi vista com bons olhos tanto pela comunidade internacional quanto pela população congoleza, muitas dúvidas e desconfianças foram postas em relação ao presidente Kabila e o papel da AFDL no país. A proposta de proibição de partidos

políticos por Kabila, seu aparente desrespeito por aqueles que se opunham pacificamente a Mobutu e sua contínua dependência do apoio militar ruandês e ugandense levantaram preocupações. Questões adicionais incluíam os militares etnicamente segregados, questões de nacionalidade não resolvidas, o envolvimento relatado de elementos da AFDL em massacres de refugiados e outros abusos de direitos humanos. A exigência de Kabila por "reeducação política" como condição para futuro emprego público na RDC, sua falta de uma visão ou estratégia clara para o futuro do país e a limitada experiência civil dentro de um governo amplamente militar também atraíram críticas significativas. (Collins, 1997)

A Segunda Guerra do Congo e o início de uma era ultraviolenta

Previamente ao início da Segunda Guerra do Congo, o país já havia passado por incontáveis períodos de violência, crueldade, injustiça, repressão e agressividade. Em 1899, Joseph Conrad publicou um romance chamado *O Coração das Trevas*, uma história fictícia que se passa no Congo belga e tem seu personagem principal, Sr. Kurtz, que parte da Inglaterra em busca de envolver-se na extração de marfim que ao chegar no país se impressiona com a situação precária do país e do “subdesenvolvimento” de sua população. Este livro é considerado controverso e não é a intenção desta pesquisa fazer uma análise sobre ele, mas chama-se a atenção para o fato de que após um século da primeira publicação do livro, o título coincide com o presente do país. Não necessariamente como aludido por Conrad, mas não deixa de ser atemporal. Infelizmente.

Pensando na II GC como um romance, deve-se apresentar seus personagens, ou seja, os grupos rebeldes e demais atores que tornaram esse conflito um dos mais violentos desde a Segunda Guerra Mundial. Porém, em todo conflito há sempre mais para além da violência e de grupos rebeldes, há toda uma população civil que se encontra vítima das atrocidades cometidas e que reage de forma a se proteger e proteger o próximo. Essa será a história de como um médico chamado Denis Mukwege reagiu, se tornou o “o homem que cura mulheres”¹⁵ e mudou a história da província de Kivu do Sul.

¹⁵ <https://www.cnn.com/2017/10/19/africa/denis-mukwege-congo-doctor-rape/index.html> (Anyangwe, Busari, 2018)

Grupos rebeldes:

Milícia Mai-Mai:

As origens dos Mai-Mai datam desde os conflitos de secessão contra o governo central na década de 1960. No entanto, o termo se tornou mais amplamente reconhecido na década de 1990, referindo-se a milícias de etnias formadas para proteger suas comunidades e interesses, como terras, recursos econômicos e poder político. Essas milícias de base comunitária foram estabelecidas para defender seus territórios de outros grupos armados, incluindo as forças militares e rebeldes congoleesas. Durante os dois principais conflitos da RDC (1996-2002), os Mai-Mai estavam ativos em várias províncias, incluindo Orientale, Maniema, Katanga, Kivu do Norte e do Sul. As milícias Mai-Mai são identificadas por operarem em um contexto de profundas divisões étnicas, constante insegurança, abusos generalizados de direitos humanos e medos de "invasores estrangeiros", como os ruandeses no leste do país. (Guy, 2014)

Os Mai Mai tinham um passado muito conturbado em suas relações com Kabila, mas com o crescimento da inquietude da milícia na fronteira com Ruanda e Burundi e o desejo de afastar os refugiados do país, Kabila os forneceu com carregamentos de armas e apoio político. No leste, uma aliança se desenvolveu entre os Mai Mai e os Interahamwe que mantinha grandes bases no Congo. (Weiss, Carayannis, 2004)

De acordo com Karhikalembu (2023) a milícia Mai Mai não usava a violência sexual como forma de demonstrar seu poderio, mas a partir de sua vinculação aos Interahamwe, os Mai Mai passaram a perpetrar o estupro para reivindicar respeito e reconhecimento militar enquanto promoviam as agendas políticas de seus patronos.

Interahamwe:

O Interahamwe foi o maior e mais poderoso grupo paramilitar anti-Tutsi em Ruanda. O nome "Interahamwe" vem da palavra Kinyarwanda que significa "aqueles que trabalham, lutam ou permanecem juntos". O grupo começou a atacar e matar Tutsis durante a Guerra Civil de Ruanda e desempenhou um papel importante no Genocídio de Ruanda de 1994, onde eles organizaram e lideraram esforços que resultaram no massacre de cerca de 800.000 Tutsis e Hutus moderados. Após o genocídio, muitos membros do Interahamwe fugiram para a República Democrática do Congo, mesclados entre os refugiados Tutsi, enquanto outros escaparam para países vizinhos como Burundi e Uganda. Dessas regiões, eles lançaram ataques

contra Ruanda, que estava então sob o controle da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) liderada pelos Tutsis. (Herr, 2018)

Em 2007, a OCHA em colaboração com IRIN publicaram um relatório chamado *The Shame of War* e uma das testemunhas relatou:

Poucos momentos depois que os Interahamwe chegaram à aldeia, ouvi meu vizinho gritando. Olhei pela janela e vi alguns homens, todos segurando rifles. Imediatamente, eu queria fugir e me esconder, mas três deles apareceram em nossa casa. Meu marido fingiu estar dormindo... eles me agarraram rudemente. Um deles me conteve enquanto outro pegou meu pilão de pili pipi e o empurrou várias vezes na minha vagina, como se estivesse batendo. Essa agonia parecia ser um inferno sem fim [...] então eles de repente foram embora. Por duas semanas minha vagina estava drenando. Fui operada... tenho que me aliviar em uma bolsa amarrada a uma abertura na lateral da minha barriga. Eles também mataram meu marido e meu filho. (Ward et al. 2007, p 15, tradução nossa)

Forças Democráticas para Libertação de Ruanda (FDLR):

As Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR) surgiram em resposta às consequências do Genocídio de Ruanda de 1994. Como muitos Hutus foram alvos e forçados a fugir, eles se refugiaram em países vizinhos como o Congo. Nesses campos de refugiados nas províncias de Kivu do Norte e do Sul, alguns refugiados Hutus começaram a se organizar e, eventualmente, formaram a FDLR, muitos de seus membros eram ex-soldados das Forças Armadas de Ruanda e membros do Interahamwe. Eles acreditavam que tinham sido injustiçados e sentiam a necessidade de defender seus direitos e buscar justiça. A presença de forças militares estrangeiras, como as forças de paz da ONU, forneceu alguma segurança, permitindo que a FDLR se formasse e crescesse. Além disso, o governo do Congo deu acesso a recursos como dinheiro, armas, terreno e treinamento, permitindo que o grupo se tornasse uma força significativa na região. (Holda, 2023, p.47)

A FDLR tornou-se profusamente conhecida por sua participação em graves violações de direitos humanos, como o recrutamento de crianças-soldados, a prática de violência sexual e o assassinato de civis. Além disso, a FDLR foi responsável pelo deslocamento forçado de milhares de pessoas no Congo, enquanto tentava consolidar o controle sobre recursos e

territórios estratégicos. Eventualmente, a FDLR foi derrotada pelas Forças Armadas Congolesas, com o apoio da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo. (Usanov et al, 2013)

Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo/Zaire (AFDL):

A AFDL teve grande importância para o governo Kabila, como supramencionado, e ela foi formada em Kigali com apoio dos governos de Ruanda e Uganda. Movidos pelo sentimento anti-Mobutu, uma aliança de pequenos e menos conhecidos grupos revolucionários foi criada com rápida adesão e proteção de seus apoiadores estrangeiros. Kabila foi escolhido para personificar a aliança visto que era uma das poucas figuras congoleas com algum reconhecimento fora do país, pois ele esteve envolvido nas rebeliões da década de 1960 como um Lumumbista e liderou um pequeno movimento revolucionário em Kivu do Sul. Sua breve colaboração com Che Guevara durante o conflito de secessão do Congo de 1964 o ajudou a aumentar suas credenciais revolucionárias e radicais. Embora a tentativa de dar ao conflito uma imagem revolucionária congoleza tenha sido amplamente bem-sucedida, especialmente dada a rejeição global de Mobutu, está claro que grande parte da força militar por trás da campanha de Kabila foi apoiada por estrangeiros. (Weiss, Carayannis, 2004; Emizet, 2000)

Reagrupamento Congolês para a Democracia (RCD):

O Reagrupamento Congolês para a Democracia (RCD) foi criado em resposta às crescentes tensões entre o presidente Laurent Kabila, Ruanda, e os soldados tutsis no exército congolês (Forças Armadas Congolesas). No final de 1997, as relações agravaram porque Ruanda e alguns soldados tutsis congolese acusaram Kabila de favorecer seu clã Katanga, negligenciando promessas de reconhecer os Banyamulenge (tutsis congolese) como cidadãos e sendo muito complacente com grupos hostis como os ex-militares ruandeses (ex-FAR), Interahamwe e milícias Mai-Mai, que se opunham à presença de forças ruandesas no Congo. (ACNUDH, 2010)

Em julho de 1998, temendo um golpe, Kabila tomou a decisão de demitir o general ruandês James Kabarebe como chefe do Estado-Maior e ordenou que as tropas ruandesas (APR) deixassem o Congo. Isso levou o desencadeamento de um motim de alguns soldados tutsis em 2 de agosto de 1998. Apoiados pelo exército ruandês (APR), o exército ugandense (UPDF), o exército burundiano (FAB) e antigos soldados zairenses (ex-Forças Armadas Zairense),

lançaram uma rebelião contra Kabila. Em poucas semanas, eles formaram o RCD, um movimento político e militar, que rapidamente tomaram o controle de cidades-chave em Kivu do Norte e do Sul, Província Orientale, Katanga do Norte e partes da Província de Équateur. (ACNUDH, 2010)

No entanto, a relação entre Ruanda e Uganda se estremeceu, o que levou a cada um reivindicar sua própria esfera de influência. O RCD se dividiu em duas facções com estabelecimentos militares separados, um apoiado por Ruanda e o outro por Uganda. (Weiss, Carayannis, 2004)

Dr. Denis Mukwege e a criação do Hospital Panzi

O Dr. Denis Mukwege é um cirurgião ginecologista congolês e fundador do Hospital Panzi e da Fundação Panzi em Bukavu, onde é especialista no tratamento de mulheres e meninas vítimas/sobreviventes de estupro em tempo de guerra. Ele também é correcipiente, com a ativista Yazīdī Nadia Murad, do Prêmio Nobel da Paz de 2018. (Hollar, Tikkanen, 2018)

Mukwege nasceu no ano de 1955 em Bukavu, capital de Kivu do Sul. Filho de um pastor protestante e uma dona de casa. Esse homem veio ao mundo em um parto caseiro, realizado por uma vizinha que ouvira sua mãe entrar em trabalho de parto. Sua chegada foi celebrada por toda sua família, mas principalmente seus pais que havia ambos perdido suas mães ao nascerem, e viveram enfrentando dificuldades emocionais e econômicas, consequência de tal perda. (Mukwege, 2021)

Em seu livro autobiográfico, Mukwege (2021) menciona que não havia dados concretos de mortalidade materna no Congo belga, mas estimativas apresentam que a expectativa de vida das mulheres congoleesas na década de 1950 era de 38 anos. A maior causa de morte? Gravidez. A falta de acompanhamento médico, estruturas hospitalares, medicamentos, alimentação de qualidade e nutritiva, eram os grandes motivadores de tal tragédia. De acordo com a OMS,

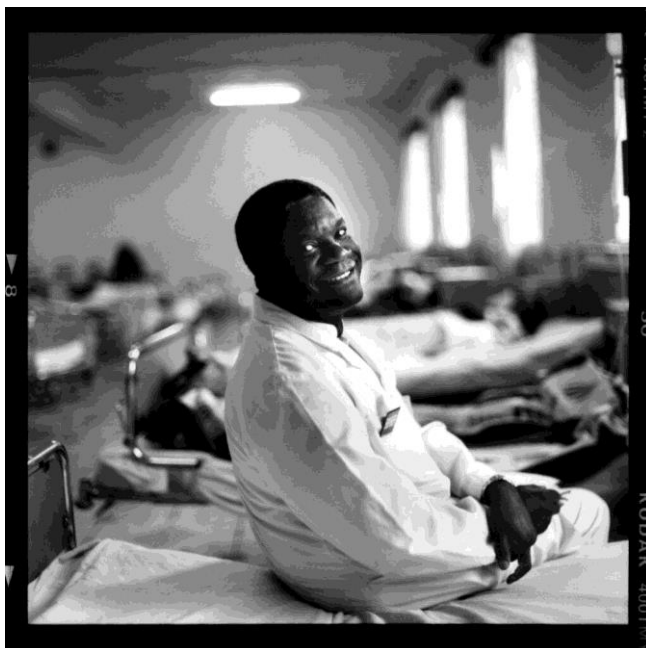


Figura 5 Doutor Denis Mukwege na ala de recuperação no Hospital Panzi

2023, a saúde reprodutiva refere-se ao bem-estar físico e mental relacionado ao sistema reprodutivo e suas funções. Isso inclui serviços essenciais como cuidados de gravidez e parto, contracepção segura e eficaz e prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. Em países em desenvolvimento, complicações durante a gravidez e o parto são o principal causador de mortes e deficiência entre mulheres em idade reprodutiva.

Em 2000, os Estados-membros das Nações Unidas (ONU) se comprometeram a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o que incluiu uma meta fundamental para reduzir a taxa de mortalidade materna (MMR) de 1990 em três quartos até 2015. Essa meta, conhecida como ODM 5A, juntamente com o ODM 5B (que visava ao acesso universal à saúde reprodutiva), formaram o núcleo do ODM 5: Melhorar a Saúde das Gestantes. Durante os últimos anos que antecederam este prazo do ODM, foram lançadas várias iniciativas para intensificar o empenho na redução das mortes maternas. Isso incluiu a Estratégia Global do Secretário-Geral da ONU para a Saúde das Mulheres e das Crianças, que também levou ao apoio do ODM 4 (Reduzir a Mortalidade Infantil), e a Comissão sobre Informação e Responsabilidade (*Commission on Information and Accountability* - COIA) em 2010, que promoveu relatórios, supervisão e responsabilidade globais sobre a saúde das mulheres e das crianças. Com base no progresso do ODM 5, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) introduziram uma nova e ambiciosa agenda para a saúde materna. Especificamente, o ODS 3.1 visa reduzir a TMM global para menos de 70 por 100.000 nascidos vivos até 2030, com foco no fim das mortes maternas evitáveis. (OMS, 2015)

Apesar da proposta da COIA ser imprescindível, a tarefa de medir a mortalidade materna pode ser desafiadora, pois dados confiáveis são frequentemente escassos e muitos indicadores são difíceis de rastrear com precisão. Habitualmente, são feitas pesquisas domiciliares, como Pesquisas Demográficas e de Saúde, que tentam estimar a mortalidade materna perguntando aos entrevistados sobre a sobrevivência das mulheres presentes no domicílio. No entanto, esse método fornece estimativas de vários anos anteriores à pesquisa, dificultando a avaliação de mudanças recentes ou efeitos de intervenção. Além disso, erros na medição são comuns, mesmo em países de alta renda com sistemas sólidos de registro vital, onde as mortes maternas são frequentemente subnotificadas devido à classificação incorreta. Para abordar essas lacunas, o Grupo Interinstitucional de Estimativa de Mortalidade Materna (*Maternal Mortality Estimation Inter-Agency Group* - MMEIG), que inclui a OMS, a UNICEF, o Banco Mundial e o UNFPA, produz estimativas usando dados nacionais e informações socioeconômicas, juntamente com modelos de regressão para países que não possuem base de dados completas. (OMS, 2023)

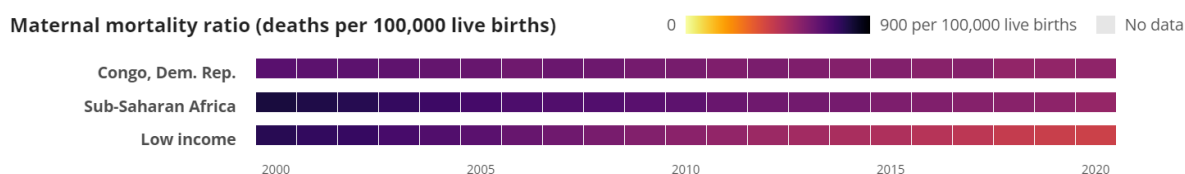


Figura 6 Tabela sobre proporção de mortalidade materna

O Dr. Mukwege, quando criança, acompanhava seu pai em visitas a membros doentes da comunidade. Esses momentos com seu pai o levaram a perceber que a oração por si só não poderia curar aqueles que estavam enfermos e sofrendo, inspirando-o a se tornar um médico. A escolha dele se especializar em ginecologia e obstetrícia veio após testemunhar o atendimento inadequado que as pacientes do sexo feminino recebiam no Hospital Lamera, o que frequentemente resultava em complicações sérias durante o parto, como fístulas e prolapso, e pela experiência pessoal de perder ambas as avós durante o parto. (Dr. Mukwege, n.d.¹⁶)

As fístulas geralmente ocorrem quando o trabalho de parto é obstruído por decorrência da cabeça do bebê pressionar o tecido entre a vagina e o reto, ou a vagina e a bexiga, cortando o fluxo sanguíneo. Essa falta de oxigênio leva à morte do tecido, criando buracos entre essas cavidades, e como resultado, as mulheres perdem o controle sobre a bexiga ou os intestinos, com urina ou fezes vazando para a vagina. O dano não pode ser curado sozinho e requer cirurgia ginecológica complexa para ser reparado. Embora as fístulas obstétricas tenham sido quase eliminadas em países mais desenvolvidos devido ao pré-natal e às cesáreas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que milhões de mulheres jovens ainda sofrem dessa condição na África Subsaariana. (Onsrud et al, 2008; Mukwege, 2021)

Mulheres com fístula enfrentam sérios desafios físicos e sociais. Elas frequentemente sofrem o constrangimento de cheirar a urina, pois o acesso a materiais adequados para controlar sua incontinência é limitado. Muitas também lidam com problemas médicos relacionados que interferem na vida diária. A dor e o estigma associados à fístula levam muitas mulheres a se afastarem de encontros em público e eventos sociais, resultando em ostracismo social. Além disso, mulheres com fístula são mais propensas a sofrer violência doméstica, e a relação sexual pode ser dolorosa ou até mesmo impossível, por vezes pode até levar ao divórcio. É uma dura realidade tanto para as mulheres afetadas quanto para seus entes queridos. (Ngongo et al, 2023)

¹⁶ Dr. Mukwege. (n.d.). Panzi Foundation. <https://panzifoundation.org/dr-denis-mukwege/>

Algo que uma vez foi visto como um evento natural no parto e um procedimento de rotina para Mukwege no primeiro hospital em que trabalhou, em Lamera, se transformou em um pesadelo quando o médico retornou ao seu país após seus estudos em Angers, na França. Ao voltar para Bukavu, sua cidade natal, Mukwege encontrou uma realidade diferente. Com o apoio financeiro da Comunidade de Igrejas Pentecostais da África Central, ele estava construindo, do zero, um novo hospital, em um contexto marcado por desafios ainda mais graves e complexos. (Mukwege, 2021)

No subúrbio de Panzi, em setembro de 1999, antes mesmo da abertura do hospital, a primeira paciente, uma mulher à beira da morte, foi levada às pressas para ser tratada pelo médico que já era conhecido na região. Ela havia levado um tiro na área da pélvis e do quadril. Mukwege (2021), conta que quando ela se recuperou e demonstrou interesse em contar sua história, seu relato foi que um dia ela estava em casa até que cinco soldados ruandeses bateram em sua porta, mas ao recusar a abrir, eles invadiram, apontaram suas armas em sua direção e a mandaram ficar calada, ou atirariam. Então, eles a seguraram e a estupraram. O último homem ao ver a vítima semiconsciente e com o corpo machucado, sacou sua arma e atirou na virilha dela. (pág.59)

Essa paciente marcou a abertura do Hospital Panzi, um produto de circunstância e necessidade, que desde 1999 tratou mais de 70.000 vítimas. Nos três primeiros meses do hospital, os registros hospitalares mostram que quarenta e cinco mulheres foram tratadas por ferimentos causados durante estupro. Em 2000, Mukwege operou em 135 mulheres, ele realizava cirurgias estéticas em um esforço para ajudar a restaurar o senso de identidade e dignidade das suas pacientes. A maioria das mulheres que o hospital tratou no início vinha de Bukavu e das aldeias vizinhas. Todas foram estupradas por homens armados — soldados ou rebeldes. Algumas dessas mulheres foram atacadas em suas próprias casas, enquanto outras foram violentadas enquanto trabalhavam no campo ou sequestradas a caminho de lavar roupas em um riacho, buscar água ou carvão. Muitas sofreram ferimentos infligidos com brutalidade extrema. Em alguns casos, os agressores dispararam deliberadamente em seus órgãos genitais, inserindo armas nas vaginas das vítimas antes de puxar o gatilho. Outras foram forçadas a suportar a introdução de paus, objetos pontiagudos ou plástico em chamas em seus corpos. Tratamentos para fístulas, anteriormente causadas por complicações no parto natural, passaram a ser necessários para reparar feridas infligidas intencionalmente por homens. (Mukwege, 2021)

Violência sexual como arma de guerra no Congo:

A violência sexual no Congo levanta questões cruciais sobre a relação entre conflito armado e violência sexual, tanto de maneira geral quanto no contexto específico do conflito congolês. Uma questão central é se a violência sexual possuía tal predominância antes do início do conflito. Compreender as normas de gênero em tempos de paz comparando com aquelas em períodos de guerra, assim como distinguir a violência sexual em espaços civis e zonas de conflito, é fundamental — mas desafiador devido à escassez de pesquisas anteriores à guerra. A subnotificação de casos de estupro antes do conflito torna essa análise ainda mais complexa. No entanto, isso não significa que a violência sexual não fosse um problema no Congo antes da guerra — é provável que estivesse presente, como ocorre em todas as sociedades, porém não há evidências que indiquem que a violência sexual na RDC pré-conflito fosse particularmente elevada em comparação com outros países. Antes do conflito, embora muitos casos de estupro não fossem levados aos tribunais, o estupro era amplamente considerado um crime grave em várias regiões. Organizações não governamentais locais indicam que o estupro era visto como uma ofensa não apenas contra a mulher, mas também contra sua família e comunidade, especialmente quando cometido por um estranho. Este crime era punido por meio de compensação ou rituais de humilhação. Desde o início da guerra, esses sistemas tradicionais foram desmantelados, resultando em impunidade generalizada e na normalização da violência sexual em muitas comunidades. Organizações locais de mulheres e de direitos humanos geralmente atribuem o aumento da violência sexual diretamente ao conflito armado. Elas também ressaltam que o colapso das autoridades tradicionais e das estruturas comunitárias após a guerra contribuiu para a escalada desse tipo de violência. (Baaz, Stern, 2009)

Enloe (2000) argumenta que a crença na necessidade biológica dos homens (heterossexuais) de liberação sexual sustenta a justificativa para uma forma de estupro conhecida como “estupro recreacional”. Essa convicção é historicamente justificada pela presença generalizada de redes de prostituição em torno de bases militares em vários contextos globais, incluindo durante missões de manutenção da paz da ONU. Já o “estupro de segurança nacional”, outra forma de violência sexual, é usado sistematicamente por governos e militares como um meio de “proteger” a segurança nacional. Esse tipo de estupro reforça dinâmicas de poder, como o patriarcado local e o nacionalismo, frequentemente visando mulheres vistas como “subversivas” ou ameaçadoras. Essas mulheres são punidas e torturadas por desafiar o status quo.

Em conflitos sectários, o estupro em massa sistêmico geralmente carrega um significado cultural, tendo como alvo mulheres "inimigas" — aquelas de uma raça, etnia, religião ou afiliação política diferente. Essa forma de violência não é apenas sobre dominação, mas também serve como uma ferramenta na luta pelo poder. Em tempos de guerra, o estupro em massa sistemático é usado para humilhar e "feminilizar" homens inimigos violando "suas" mulheres, minando assim sua capacidade de proteger sua comunidade e pátria. Os combatentes exploram divisões étnicas, nacionais ou religiosas para justificar ações ilegais como estupro ou pilhagem. Além do constante perigo de viver em meio a um conflito, a imprevisibilidade do estupro espalha o medo, alertando tanto as vítimas em potencial quanto aqueles que podem protegê-las da insignificância da resistência. Essa forma de violência sexual visa destruir o tecido social do inimigo, pois as mulheres são frequentemente vistas como portadoras simbólicas da identidade nacional ou étnica, responsáveis pela reprodução biológica, cultural e social da comunidade. (Enloe, 2000; Turshen, 2001)

Para entender a política da violência sexual em conflitos, é essencial examinar o conceito de masculinidade. Embora a masculinidade seja frequentemente definida por meio de um binário de gênero, associando certos traços aos homens, a teoria feminista há muito argumenta que a masculinidade não é inerente, mas socialmente construída. É algo que os homens devem demonstrar ativamente para obter a aprovação de seus pares. O militarismo, como uma instituição patriarcal, promove uma ideologia hipermasculina enraizada na violência. A teoria feminista define o patriarcado como um sistema social, cultural e político onde o poder e o status são desproporcionalmente dados aos homens às custas das mulheres. Este sistema recompensa comportamentos que oprimem as mulheres e desvalorizam traços considerados "femininos". Os militares socializam os soldados para serem agressivos e desvalorizarem as mulheres, tornando a violência sexual uma questão difundida dentro desta instituição. Historicamente, a violência sexual por militares tem sido generalizada e continua até hoje. Argumenta-se que os militares promovem deliberadamente um senso de masculinidade que encoraja os homens a "outras" mulheres e a se verem como dominantes. Portanto, a violência sexual na guerra pode ser vista como um produto da cultura hipermasculina que promove a hostilidade e a violência contra as mulheres. (Meger, 2010)

A masculinidade no meio militar é tamanha que na pesquisa feita por Baaz e Stern (2011) sobre a presença feminina no atual exército do Congo, FARDC, que é revelado como a construção de identidades militares por meio de noções de masculinidade e feminilidade é moldada por contextos locais. Essas expressões localizadas de discursos de gênero familiares

não replicam simplesmente as ideias vistas em outros lugares. Um exemplo disto é o fato dos soldados entrevistados não glorificarem a masculinidade violenta e heroica no estilo estereotipado "tipo Rambo". No entanto, eles ainda viam a zona de combate como um espaço inerentemente masculino, percebendo as mulheres como uma ameaça à eficácia do combate, muitas vezes as enquadrando como intrinsecamente fracas, utilizando um argumento baseado puramente no aspecto físico das mulheres.

Outra narrativa presente quando questionados sobre a inclusão de mulheres no âmbito militar foi que mulheres são “putas não confiáveis”. As mulheres eram retratadas como possíveis causadoras do enfraquecimento do exército por dentro, pois seriam distrações ao confraternizar com soldados homens. Esse comportamento rompia o vínculo masculino e quebrava a cadeia de comando. A culpa era colocada nas mulheres, invocando o tropo familiar da "mulher caída" levando os homens — e por extensão, a humanidade — à ruína e à destruição. Ao mesmo tempo, essa narrativa revela uma visão contraditória da masculinidade, que é vista como uma mistura de força, confiabilidade e estoicismo, mas também vulnerável à natureza sedutora e manipuladora do "Outro"¹⁷ feminino. (Baaz, Stern, 2011)

A perspectiva masculina do que é a mulher é remota ao que se vê na realidade. Mesmo sendo colocadas à margem da sociedade congoleza, muitas mulheres vítimas de violência sexual - que foram tratadas no Hospital Panzi - se prestam a um retrato de uma profunda desapropriação de identidade relacionada ao corpo, lugar (literal e figurativamente) e uma ausência de segurança essencial para a paz de espírito e saúde mental. As “putas não confiáveis” são pessoas que ao serem estupradas vivem com medo de contrair HIV/AIDS porque a infecção pelo HIV por muitos anos foi motivo de exclusão ou “morte social”. A estigmatização foi incorporada a ponto de algumas mulheres dizerem que não se identificavam como “seres humanos”. Em casos em que homens decidiram manter seus relacionamentos com suas esposas (vítimas), as relações sexuais foram ditas como sendo restringidas, devido ao grande medo dos homens de suas esposas serem vetores do HIV. (Trenholm et al, 2015; Trenholm et al 2009)

Neste trecho de entrevistas feitas por Trenholm et al (2009), faz-se perceber o argumento das vítimas:

L5: Há um elemento de política, uma estratégia de guerra em si, para trazer doenças, os soropositivos para o Congo. Ele vem e planta HIV em nosso país.

¹⁷ Spivak, 2021

Então ele pode não ter usado armas para matar, mas ele mata usando os efeitos disso, neste caso, mulheres, maridos e crianças em suas casas.

L4: Isso destrói a sociedade porque vivemos com traumas, é preciso também viver com HIV, e não se tem esperança na vida, portanto, perde-se o gosto pela vida e uma sociedade composta por essas pessoas é uma sociedade perigosa porque ela se permite matar. É por isso que eu acho que é uma estratégia, uma estratégia para destruir a sociedade e os valores, porque o que se pode fazer, ele vem da floresta, entra em uma família, estupra a mãe das crianças na frente das crianças para que elas vejam isso e depois disso ele pode violar as filhas, meninas...

L5: . . . e até mesmo os meninos também são obrigados a estuprar e o pai é obrigado a deitar com suas próprias filhas...

L4: . . . e dessa forma destruir a sociedade.

L5: Há também o aspecto da violência... a crueldade... porque além do desejo ele vem e pega armas e as insere na mulher, como para destruir... Ele se torna um animal... É cruel. (página 5, tradução nossa)

Como supramencionado, a violência no Congo tem grandes motivações estruturais, mas a nível individual, Elbert et al (2013) sugere que o ato de perpetrar violência pode ser explicado como uma vivência gratificante e apetitiva, que alimenta o desejo de cometer mais atos de violência ao longo do tempo. Esse ciclo de violência pode ser amplificado por sinais de feedback positivo de outros combatentes, onde atos cada vez mais brutais desencadeiam desejos por emoções positivas associadas à violência. A composição desses fatores psicológicos está no papel do uso ou abuso de substâncias tóxicas, que desempenham um desencadeador significativo no aumento da agressão e brutalidade entre os combatentes. Alguns estudos sugerem que o uso de substâncias não apenas reduz o limiar para cometer atos violentos, mas também serve como um mecanismo de enfrentamento para combatentes que lidam com sintomas relacionados a traumas. Essa combinação de mecanismos de recompensa psicológica e agressão induzida por drogas cria uma sinergia perigosa que aumenta ainda mais a gravidade da violência sexual em conflitos.

Os combatentes atribuem as formas mais brutais de violência sexual ao uso de drogas, o que diminui as inibições e aumenta a agressão. Muitos entrevistados vincularam o estado mental dos perpetradores, frequentemente descrito como "louco" ou "mau", ao abuso de substâncias.

Frustração, ódio próprio e desejo de recuperar o poder perdido também foram citados como motivações para violência sexual extrema, especialmente entre ex-soldados. Alguns combatentes cometem esses crimes como atos de vingança por danos causados a suas famílias ou para afirmar domínio sobre civis. A dinâmica de grupo também desempenha um papel significativo, com o estupro coletivo frequentemente se transformando em tortura e mutilação, à medida que os perpetradores competem em crueldade. Tensões étnicas, embora menos relatadas, foram outro fator contribuinte. A brutalização das vítimas, particularmente aquelas que resistem, serve tanto como punição quanto como um aviso para os outros. Os perpetradores também usam violência extrema para silenciar as vítimas, garantindo que elas não possam denunciar o crime devido à vergonha ou medo de retaliação. (Elbert et al, 2013)

As motivações para perpetuação da violência sexual tem sido várias, e isso se encaminhou para uma posição onde a violência sexual em contexto de guerra deixou de ser vista como um "subproduto inevitável da guerra" para se tornar uma prioridade essencial da política externa e uma ameaça distinguida como de alto nível à segurança. A violência sexual não é mais considerada como uma consequência lamentável do conflito, mas como uma questão crítica que exige atenção global. Talvez não seja apenas o estupro em massa que se alastrou, mas seu entendimento floresceu. Agora reconhecemos que essa violência não é apenas sobre o ato sexual, mas profundamente enraizada na dinâmica de poder baseada em gênero. Essa mudança reflete uma narrativa mais ampla de desenvolvimento liberal e progressista, criando uma sensação de que o fim da violência sexual como arma de guerra pode ser alcançado. (Baaz, Stern, 2013)

O papel do Hospital Panzi e da Fundação Panzi, no tratamento das mulheres congolesas

Mulheres ao redor do mundo enfrentam violência extrema, tanto física quanto sexual, frequentemente em situações em que já são vulneráveis, como durante conflitos ou sob normas sociais opressivas. Testemunhos pessoais revelam a natureza brutal dessas agressões, que frequentemente envolvem mutilação e infligem traumas emocionais severos. Perturbadoramente, essa violência não se limita a estranhos, mas está profundamente enraizada em práticas culturais que desvalorizam a autonomia e integridade corporal das mulheres. Essas questões sistêmicas destacam como a sociedade há muito tempo negligencia a santidade da segurança física das mulheres. (Hudson et al, 2012)

O Hospital Panzi em Bukavu, capital da Província de Kivu do Sul, serve como um grande hospital de referência geral, oferecendo serviços em obstetrícia/ginecologia, pediatria, medicina interna, cirurgia, odontologia e nutrição. Estabelecido em 1999, o hospital com 334 leitos recebe aproximadamente 10 sobreviventes de violência sexual diariamente sob o Programa de Vítimas de Violência Sexual do centro. O Programa de Vítimas de Violência Sexual fornece aos sobreviventes de violência sexual tratamento médico gratuito e atendimento psicológico e espiritual gratuito, além de assistência socioeconômica. (Bartels, 2010, p.2)

O modelo de atendimento One Stop Centre (OSC) foi desenvolvido globalmente para dar suporte a sobreviventes de violência, particularmente em ambientes de baixa renda e pós-conflito. Essa abordagem holística e centrada na pessoa se concentra em atender às necessidades essenciais de recuperação das mulheres, especialmente para aquelas afetadas por violência sexual ou parto complexo. O modelo OSC no Panzi Hospital na República Democrática do Congo opera em quatro pilares: atendimento médico, psicossocial, jurídico e socioeconômico, com o princípio central de empoderar as mulheres como indivíduos dignos com direitos, vontade e capacidades. No Panzi, uma equipe multidisciplinar — incluindo médicos, psicólogos, advogados e outros especialistas — trabalha em colaboração com as mulheres para desenvolver planos de atendimento personalizados. Essa abordagem de parceria garante que as mulheres sejam participantes ativas em seu tratamento, seja envolvendo procedimentos médicos ou ações legais contra perpetradores de violência. (Mukwege, Berg, 2016)

Os protocolos de documentação garantem que todas as necessidades de atendimento sejam atendidas sistematicamente. Embora o Panzi Hospital ofereça uma versão altamente

desenvolvida do modelo OSC, uma versão simplificada foi adaptada para áreas rurais com menos recursos. A OSC também aborda a violência sexual contra menores, com cuidados especializados para crianças e medidas como separar menores de familiares abusivos e fornecer moradia segura durante processos legais. Em nível comunitário, os programas de extensão da OSC promovem a conscientização e a proteção dos direitos humanos por meio da educação e da mediação. (Mukwege, Berg, 2016)

Tratamento médico:

Muitas das mulheres e crianças que buscam atendimento no Hospital Panzi chegam com ferimentos potencialmente fatais, resultado dos estupros brutais que sofreram. Crianças de até seis meses de idade foram tratadas pelo Dr. Mukwege e sua equipe, assim como mulheres que foram violentadas de maneiras extremamente violentas, utilizando garrafas quebradas, armas de fogo, facas ou que sofreram queimaduras nos órgãos genitais. Muitas dessas sobreviventes desenvolvem graves fístulas obstétricas, resultando em incontinência, além de prolapsos de órgãos ou outros traumas ginecológicos. (Panzi website)



Figura 7 Mulheres recebendo cuidados no Hospital Panzi

Fonte: Getty Images

As pacientes recebem tratamento com base em quão cedo chegam após o incidente, com aquelas que chegam dentro de 72 horas recebendo atendimento imediato com foco na prevenção

do HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST). Nesses casos, intervenções sensíveis ao tempo, como a profilaxia pós-exposição (PEP), são essenciais para minimizar o risco de infecção, ou lidar com gravidezes indesejadas. Um processo de tomada de decisão colaborativa é usado, garantindo que as pacientes sejam totalmente informadas sobre suas opções de tratamento. Os profissionais médicos fornecem explicações claras sobre os procedimentos e tratamentos disponíveis, e os pacientes devem dar seu consentimento explícito antes que qualquer intervenção médica seja realizada. Essa abordagem respeita a autonomia de cada mulher, capacitando-a a fazer escolhas informadas sobre sua saúde. Se necessário, as pacientes são encaminhadas a especialistas para garantir que recebam atendimento abrangente, adaptado às suas necessidades médicas específicas. Esses encaminhamentos ajudam a abordar quaisquer consequências físicas, psicológicas ou emocionais do incidente, garantindo que o plano de tratamento seja holístico e projetado para a melhor recuperação possível. (Mukwege, Berg, 2016; Bartels et al, 2012)

Apoio Psicossocial:

Desde a chegada de uma sobrevivente no Hospital Panzi, ela é acompanhada por uma assistente psicossocial, chamada de “*Maman Cherie*, ou Mamãe Querida”, que a conecta a um complexo sistema de serviços de apoio psicossocial para lidar com o trauma. Muitas dessas mulheres sofrem de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e depressão, e como o estupro é amplamente estigmatizado nas comunidades congoleesas, elas geralmente não recebem o apoio de suas famílias ou amigos. Após o tratamento médico, as sobreviventes são transferidas para a “*Maison Dorcas*, Casa Dorcas em português”, onde encontram acolhimento, apoio e solidariedade entre outras mulheres na mesma situação. (Panzi website)

O atendimento psicossocial começa com uma consulta inicial com um psicólogo para avaliar as necessidades individuais e desenvolver um plano de tratamento personalizado. O tratamento é oferecido por meio de uma combinação de sessões individuais e em grupo. Além disso, várias atividades terapêuticas estão disponíveis para todas as mulheres, incluindo drama e musicoterapia, bem como atividades de terapia ocupacional, como cestaria, arranjos florais,



Figura 8 Mulheres e crianças reunidas em atividade na área comum do Hospital Panzi

Fonte: Getty Images

costura e tricô. Essas atividades ajudam as mulheres a processar suas experiências, oferecem alívio emocional e restauram um senso de autoestima. Mulheres que sofrem de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade ou outras condições psiquiátricas recebem atendimento neuropsiquiátrico especializado. Quando necessário, o suporte psicossocial é estendido a familiares próximos, incluindo aconselhamento para maridos lidando com raiva, amargura ou sentimento de culpa após um incidente de violência sexual. Aconselhamento para casais também é oferecido, principalmente após violência doméstica, para apoiar a cura e prevenir mais danos. Além disso, o aconselhamento para parentes visa prevenir a marginalização da mulher, promovendo um ambiente de apoio para sua recuperação. (Mukwege, Berg, 2016)

Reintegração socioeconômica:

O trabalho não remunerado das mulheres é essencial para o funcionamento da sociedade, mas continua não reconhecido e subvalorizado nas políticas econômicas. Esta seção critica o sistema econômico que deixa as mães, particularmente, em posições vulneráveis, muitas vezes enfrentando pobreza e falta de apoio. Ela pede uma reformulação das estruturas econômicas para reconhecer as contribuições das mulheres e garantir sua segurança econômica,

propondo políticas que apoiem melhor as famílias e a independência econômica das mulheres. (Hudson et al, 2012)

Devido ao estigma social profundo associado ao estupro, muitas sobreviventes são rejeitadas por suas comunidades e enfrentam grandes desafios para reintegrar-se à sociedade. A Maison Dorcas também fornece programas de treinamento e atividade profissional e de reinserção econômica, capacitando as mulheres a garantir seu sustento após deixarem o complexo Panzi e a cuidar de seus filhos, que frequentemente também são deixados à margem da sociedade. Os treinamentos e atividades incluem acesso a grupos de poupança e empréstimo solidários nas aldeias (grupos de solidariedade mútua), além de capacitação em áreas como empreendedorismo, competência em informática, cestaria, alfaiataria, bordado, produção de couro, entre outros. A Maison Dorcas também disponibiliza serviços de creche para mães enquanto elas participam desses cursos de treinamento de habilidades, para garantir que elas se dediquem integralmente aos cursos de capacitação, sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados. (Panzi website)

Serviços jurídicos:

As sobreviventes também têm acesso a serviços jurídicos caso escolham por buscar justiça contra seus agressores. A equipe do Hospital Panzi é treinada na coleta de evidências forenses e segue protocolos internacionais rigorosos para obter depoimentos de forma que minimize o risco de re-traumatização da vítima. Se uma sobrevivente decidir prosseguir com uma ação legal, advogados congolese são disponibilizados para orientá-la ao longo do processo judicial e atuar em sua defesa. (Panzi website)

Este serviço é de extrema importância visto que as desigualdades históricas e culturais no direito de família continuam a prejudicar as mulheres, especialmente em áreas como divórcio, caso elas desejem se desvincular dos maridos que as abnegam, herança e consentimento conjugal. As leis, moldadas por interesses masculinos, reforçam o domínio masculino e o controle sobre a vida das mulheres. Esta seção pede uma reavaliação dessas leis para criar sistemas equitativos que garantam justiça e capacitem as mulheres a exercer seus direitos sem medo de repercussões sociais ou legais. (Hudson et al, 2012)

O Hospital Panzi que desde 1999 trata e salva vidas, continua seu propósito até os dias atuais. Desde o fim da II GC, em 2003, o Congo tem passado por momentos desafiadores e os grupos rebeldes, milícias e mesmo o exército foram reestruturados. Muitos dos grupos rebeldes

viraram partidos políticos, mas os Mai-Mai se expandiram e se ramificaram através do país, perpetuando a violência sexual como forma de arma de guerra. Tal aplicação se tornou tão intensa que é considerada uma epidemia no país.

A epidemia de estupro no Congo que foi amplamente atribuída aos rebeldes Interahamwe, hutu do genocídio de Ruanda. De acordo com as mulheres entrevistadas por Trenholm (2013), o Interahamwe procurou destruir a população congoleza, visando especificamente as mulheres, que são vistas como a espinha dorsal da sobrevivência da comunidade e das gerações futuras. As mulheres também ofereceram ideias sobre como abordar o comportamento dos perpetradores. Elas sugeriram que a educação sobre violência, abstenção de intoxicantes e reintegração de rebeldes como o Interahamwe na sociedade por meio de programas estaduais poderia potencialmente impedir a violência futura. Eles também enfatizaram a importância de desarmar rebeldes, raciocinando que grande parte da violência foi possível pelo acesso a armas. Apesar de conhecer esses autores como parte do grupo interahamwe maior, as mulheres expressaram frustração com a dificuldade de identificá-los individualmente, uma questão muito comum em guerras internas onde os combatentes são civis e não utilizam fardas e vestimentas padronizadas (Machel, 1996). Uma mulher sugeriu que a única solução para esses autores era a execução.

Isso destaca não apenas o imenso impacto físico e emocional sobre as sobreviventes, mas também as complexidades de abordar e prevenir a violência sexual em uma região onde tais atos foram armados como uma ferramenta de guerra. A combinação de trauma intencional, a disseminação da doença e a ausência de justiça para sobreviventes ressalta a necessidade urgente de intervenções abrangentes, incluindo desarmamento, responsabilidade legal e programas de reintegração social para ex-combatentes. (Trenholm, 2013)

Conclusão

A presente dissertação buscou manifestar como a presença do Hospital Panzi e o árduo trabalho do doutor Denis Mukwege, durante a Segunda Guerra do Congo, colaborou e impactou positivamente a vida de tantas sobreviventes, não apenas em sua recuperação física, mas no tratamento holístico e na promoção do crescimento pessoal de tantas mulheres congolesas.

A epidemia de violência sexual em conflitos, particularmente no contexto da República Democrática do Congo (RDC), representa uma intensa crise humanitária em que o país se encontra envolvido até os dias atuais. A violência sexual, frequentemente usada estrategicamente como arma de guerra, tem se mostrado nos seus efeitos duradouros e devastadores nos indivíduos, famílias e comunidades congolesas. Não é meramente uma consequência infeliz do conflito, mas um ato deliberado que visa desestabilizar populações, enfraquecer estruturas sociais e método de manipulação. Como tal, reconhecer a violência sexual como uma arma de guerra e uma emergência humanitária é crucial para entender o escopo total de seu impacto e a necessidade urgente de uma resposta global coordenada.

O estupro em massa tem de acabar com a perspectiva de ser um "subproduto inevitável da guerra" para ser reconhecido como ele realmente é, uma ameaça significativa à segurança global e preocupação de política externa. Essa substituição deve refletir a compreensão da evolução da violência sexual, não mais vista simplesmente como uma consequência do conflito, mas como uma ferramenta deliberada e devastadora da guerra que impacta principalmente civis. Torna-se claro que o estupro em massa não se trata apenas de atos isolados de violência sexual; é uma tática usada para aterrorizar, controlar e destruir a cultura local, particularmente em conflitos onde os campos de batalha são os corpos das mulheres, seja por domínio político, étnico ou militar.

É importante perceber que o discurso sobre essa mudança também de perspectiva evoluiu — a violência sexual é vista não como uma questão de incidentes individuais, mas através da lente mais ampla da desigualdade de gênero e desequilíbrios sistêmicos de poder. Essa evolução de perspectiva nos permite ver o estupro em massa como parte da violência estrutural que perpetua a opressão baseada em gênero. Com essa conscientização crescente, abordar o estupro em massa deixou de ser uma questão marginal para se tornar uma prioridade no cenário internacional. Apesar de todo progresso, é importante reconhecer que os estupros em massa continuam sendo uma crise contínua, profundamente enraizada na dinâmica da guerra, exigindo comprometimento sustentado e ação global para realmente acabar. (Baaz, Stern, 2013, p. 60)

No cerne desta crise estão dinâmicas sociopolíticas profundamente enraizadas na história do país que perpetuaram a violência contra as mulheres. Em zonas de conflito, questões sociais como a desigualdade de gênero são exacerbadas pela instabilidade política, governança fraca e grupos armados competindo pelo poder. A militarização desestruturada da sociedade, combinada com o colapso dos sistemas legais, encoraja ainda mais os perpetradores e cria uma cultura de impunidade, onde crimes de violência sexual são cometidos sem medo de punição.

A natureza generalizada dessa violência não pode ser menosprezada. Milhares de mulheres e jovens foram submetidas a agressão sexual, estupro e outras formas de violência de gênero, muitas vezes sob circunstâncias assustadoramente brutais. Muitas sobreviventes foram deixadas para lidar não apenas com o trauma físico e psicológico, mas também com o estigma de serem vítimas de violência sexual. Em muitas comunidades, as sobreviventes foram condenadas ao ostracismo, e seu status na sociedade diminuiu, agravando ainda mais seu sofrimento.

À luz dessas realidades, a importância da defesa e do apoio sustentados às sobreviventes deve ser profunda, intensa e farta. Há uma necessidade crítica de serviços de suporte abrangentes como os prestados pelo Hospital Panzi, que incluem assistência médica, aconselhamento psicológico, assistência jurídica e programas de empoderamento econômico. Esses serviços devem ser adaptados às necessidades de cada uma das sobreviventes, reconhecendo que cada experiência é complexa e suas vivências e as múltiplas camadas de trauma que essas mulheres suportam. Além disso, o apoio a longo prazo é essencial, pois os impactos da violência sexual podem durar anos, se não gerações, afetando não apenas as sobreviventes, mas também sua prole e comunidades.

Um aspecto que deve ser apontado é a dificuldade que tive de filtrar os artigos que focam apenas nas vítimas da Segunda Guerra do Congo. Como a dimensão da violência sexual recebeu atenção global apenas ao fim do conflito, mas logo no ano de 2004 ocorreu uma das mais abusivas ofensivas, o que levou muitos estudos a se concentrarem no período pós-guerra, sem abordar profundamente os eventos ocorridos durante os anos do conflito. Há uma vasta literatura de qualidade sobre a violência na região; no entanto, parece que o foco ainda é limitado em relação aos estágios iniciais.

Tendo isso em mente, é importante salientar que deve haver um esforço para desafiar e mudar as normas sociais que permitem tal violência. Isso requer uma mudança no cenário cultural e político, onde as mulheres não sejam mais vistas como subordinadas e cidadãs de

segunda classe. Também envolve abordar os desequilíbrios de poder que tornam mulheres e meninas vulneráveis à violência em primeiro lugar. Por isso o papel do Hospital Panzi é tão importante na educação e engajamento comunitário. Programas que se concentram em empoderar mulheres e meninas, promover a igualdade de gênero e encorajar a participação de mulheres em processos de tomada de decisão são essenciais para remodelar visões sociais e reduzir a perpetuação da violência sexual.

Igualmente importante é o papel da justiça e da responsabilização. Os esforços para levar os perpetradores de violência sexual à justiça devem ser fortalecidos. Muitas vezes, a impunidade reina, e as sobreviventes são negadas a justiça que merecem. Infelizmente não tive a oportunidade de me estender nas questões para o desenvolvimento da luta anti-violência sexual na comunidade congoleza, mas penso que apenas com futuras estratégias e intervenção no combate à violência sexual em conflitos, justiça e responsabilização, as vítimas poderão retomar seu lugar de direito em suas comunidades e a violência se findará.

Apesar da impunidade, é essencial reconhecer a resiliência e a força das próprias sobreviventes. Sua força e resiliência diante de um trauma inimaginável é prova da capacidade do espírito humano de suportar e superar, quando em bons e responsáveis cuidados. As sobreviventes, quando recebem a oportunidade e os recursos do Hospital Panzi, podem se tornar poderosas defensoras da mudança em suas comunidades. Suas vozes devem ser ouvidas e colocadas no centro de quaisquer esforços para lidar com a violência sexual, pois oferecem percepções e experiências únicas que podem orientar intervenções mais eficazes e centradas nos sobreviventes. Uma grande limitação deste estudo sem dúvida foi a ausência da realização de entrevistas, principalmente pela minha falta de fluência na língua francesa, swahili ou uma das demais línguas oficiais da RDC, além da impossibilidade financeira de investir em uma equipe de tradutores.

Concluindo, a violência sexual em zonas de conflito como a RDC é uma questão complexa e profundamente arraigada que requer atenção imediata e contínua. Não basta simplesmente reconhecer o problema; soluções abrangentes e de longo prazo devem ser implementadas. Por isso incluir abordagens holísticas como as do Hospital Panzi, em que as vítimas recebem meios para garantir justiça para perpetradores e mudar as normas sociais, ao combinar advocacy, engajamento comunitário, mostra como é possível criar um futuro onde as mulheres não sejam mais alvos de violência, mas agentes ativas na busca por paz e justiça. A comunidade internacional deve se inspirar nos feitos de Denis Mukwege e todas as pessoas envolvidas no

brilhante e transformante trabalho no Hospital Panzi e lidar com as sobreviventes e se comprometer a acabar com a violência sexual em conflitos de uma vez por todas.

Referências bibliográficas

- Adelman, K. L. (1978). Zaire's Year of Crisis. *African Affairs*, 77(306), 36–44. <http://www.jstor.org/stable/721346>
- Anyangwe, E., & Busari, S. (2018). Denis Mukwege: The man who mends women. CNN. <https://edition.cnn.com/2017/10/19/africa/denis-mukwege-congo-doctor-rape/index.html>
- Autesserre, S. (2010). *The trouble with the Congo : local violence and the failure of international peacebuilding*. Cambridge University Press.
- Bartels, S. (2010). “Now, the World is Without Me”: An investigation of sexual violence in Eastern Democratic Republic of Congo (Harvard Humanitarian Initiative & Oxfam International, Eds.; p. 72). Harvard Humanitarian Initiative.
- Bartels, S., Kelly, J., Scott, J., Leaning, J., Mukwege, D., Joyce, N., & VanRooyen, M. (2012). Militarized Sexual Violence in South Kivu, Democratic Republic of Congo. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(2), 340–358. <https://doi.org/10.1177/0886260512454742>
- Bartels, S. A., Scott, J. A., Leaning, J., Kelly, J. T., Joyce, N. R., Mukwege, D., & VanRooyen, M. J. (2012). Demographics and Care-Seeking Behaviors of Sexual Violence Survivors in South Kivu Province, Democratic Republic of Congo. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, 6(04), 393–401. <https://doi.org/10.1001/dmp.2012.66>
- Baaz, M. E., & Stern, M. (2009). Why Do Soldiers Rape? Masculinity, Violence, and Sexuality in the Armed Forces in the Congo (DRC). *International Studies Quarterly*, 53(2), 495–518. <http://www.jstor.org/stable/27735106>
- Baaz, M. E., & Stern, M. (2011). WHORES, MEN, AND OTHER MISFITS: UNDOING “FEMINIZATION” IN THE ARMED FORCES IN THE DRC. *African Affairs*, 110(441), 563–585. <http://www.jstor.org/stable/41240236>

Baaz, M. E., & Stern, M. (2013). Sexual Violence as a Weapon of War? In KTH Publication Database DiVA (KTH Royal Institute of Technology). Zed Books. <https://doi.org/10.5040/9781350222557>

Beyene, H. A. (2014). Gender-Based Violence and Submerged Histories: A Colonial Genealogy of Violence Against Tutsi Women in the 1994 Rwandan Genocide (p. 215) [PhD].

Bisoka, A. N., Mudinga, E. M., & De Herdt, T. (2021). Bukavu: City Scope Study. African Cities Research Consortium.

Boughton, J. M. (2001). "16 Digging a Hole, Filling It In: Payments Arrears to the Fund". In Silent Revolution. USA: International Monetary Fund. Retrieved Oct 21, 2024, from <https://www.elibrary.imf.org/view/book/9781557759719/ch016.xml>

Bradol, J.-H., & Le Pape, M. (2017a). *Figura 4 Campo de refugiados ruandeses em Bukavu* [Humanitarian aid, genocide and mass killings: The Rwandan Experience (1st ed., p. 160). Manchester University Press.].

Bradol, J.-H., & Le Pape, M. (2017b). Humanitarian aid, genocide and mass killings: The Rwandan Experience (1st ed., p. 160). Manchester University Press.

Bradshaw, C., Atkinson, S., & Doody, O. (2017). Employing a Qualitative Description Approach in Health Care Research. *Global Qualitative Nursing Research*, 4(1), 1–8. <https://doi.org/10.1177/2333393617742282>

Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4th ed.). Oxford University Press.

Burke, P. (1991) *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista

Burnet, J. E. (2015). Rape as a Weapon of Genocide: Gender, Patriarchy, and Sexual Rape as a Weapon of Genocide: Gender, Patriarchy, and Sexual Violence in the Rwandan Genocide Violence in the Rwandan Genocide (p. 32). Anthropology Faculty Publications.

Coghlan, B., Brennan, R. J., Ngoy, P., Dofara, D., Otto, B., Clements, M., & Stewart, T. (2005). Mortality in the Democratic Republic of Congo: a nationwide survey [Review of Mortality in the Democratic Republic of Congo: a nationwide survey]. *Lancet*, 367, 44–51.

Collins, C. J. L. (1993). The Cold War Comes to Africa: Cordier and the 1960 Congo Crisis. *Journal of International Affairs*, 47(1), 243–269. <http://www.jstor.org/stable/24357094>

Collins, C. J. L. (1997). The Congo is Back! *Review of African Political Economy*, 277–286.

Conrad, J. (2013). *Heart of Darkness* (p. 93). Haper Perennial Classics.

Csete, J., & Human Rights Watch. (2002). *The War within the war : sexual violence against women and girls in Eastern Congo*. Human Rights Watch.

Curran, P., Hussong, A. (2009). Integrative Data Analysis: the Simultaneous Analysis Of Multiple Data Sets.. *Psychological Methods*, 2(14), 81-100. <https://doi.org/10.1037/a0015914>

Dallaire, R. & Beardsley, B. (2005). *Shake hands with the devil : the failure of humanity in Rwanda*. Carroll & Graf ; [Berkeley, Calif.

Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, (1993) (AGNU).

Della Porta, D & M. Keating (eds) (2008) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences. A Pluralist Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

Des Forges, A. L. (1999). *Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda* (p. 789). Human Rights Watch.

Dobbins, J. (2013). Democratic Republic of the Congo. In *Overcoming Obstacles to Peace: Local Factors in Nation-Building*, 25, 179–204. RAND Corporation.

D’Odorico, Holvoet (2009). Combating Violence against Women (VAW) in South Kivu: A Critical Analysis. *Journal of International Women's Studies*, 11(2), 49-62. Available at: <http://vc.bridgew.edu/jiws/vol11/iss2/4>

Dr. Mukwege. (n.d.). Panzi Foundation. <https://panzifoundation.org/dr-denis-mukwege/>

Emizet, K. N. F. (2000). Explaining the Rise and Fall of Military Regimes: Civil-Military Relations in the Congo. *Armed Forces & Society*, 26(2), 203–227.

Enloe, C. (2000). *Manoeuvres: The International Politics of Militarizing Women’s Lives*. Berkeley: University of California Press

Enough Project, & Grassroots Reconciliation Group. (2009). *A Comprehensive Approach to Congo’s Conflict Minerals*.

Elbert, T., Hinkel, H., Maedl, A., Hermenau, K., Hecker, T., Schauer, M., Riedke, H., Winkler, N., & Lancaster, P. (2012). Sexual and Gender-Based Violence in the Kivu Provinces of the Democratic Republic of Congo: Insights from Former Combatants (Learning on Gender and Conflict in Africa (LOGiCA), Ed.; p. 104). WB.

Elias, E. (2014a). Figura 7 Mulheres recebendo cuidados no Hospital Panzi [Getty Images]. In *Getty Images Reportage*. <https://www.gettyimages.co.uk/detail/news-photo/november-10-2014-medics-are-taking-a-patient-who-has-been-news-photo/1051165130>

Elias, E. (2014b). Figura 8 Mulheres e crianças reunidas em atividade na área comum do Hospital Panzi [Getty Images]. In *Getty Images Reportage*. <https://www.gettyimages.co.uk/detail/news-photo/november-10-2014-rachel-one-of-the-social-assistants-is-news-photo/1051165572>

Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. (2010). Info Note 6: Democratic Republic of the Congo 1993-2003: UN Mapping Report.

French, H. W. (2005). *A continent for the taking : the tragedy and hope of africa*. Knopf Doubleday Publishing Group.

Gaglio, B., Henton, M., Barbeau, A., Evans, E., Hickam, D., Newhouse, R., & Zickmund, S. (2020). Methodological Standards for Qualitative and Mixed Methods Patient Centered Outcomes Research. *BMJ*, 371(1), m4435. <https://doi.org/10.1136/bmj.m4435>

Geenen, S. (2013). Dispossession, displacement and resistance: Artisanal miners in a gold concession in South-Kivu, Democratic Republic of Congo. *Resources Policy*, 40, 90–99. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.03.004>

Gourevitch, P. (1998). *We wish to inform you that tomorrow we will be killed with our families : stories from Rwanda*. Picador.

Guy, K. M. (2014). Mai-Mai Militia and Sexual Violence in Democratic Republic of the Congo. *International Journal of Emergency Mental Health and Human Resilience*, 16(2), 137–142.

Hartung, W. D., & Moix, B. (2000). *Deadly Legacy: U.S. Arms to Africa and the Congo War* (p. 11). World Policy Institute.

Herr, A. (2018). *Rwandan Genocide: The Essential Reference Guide* (p. 353). ABC-CLIO.

Hintjens, H. M. (1999). Explaining the 1994 Genocide in Rwanda. *The Journal of Modern African Studies*, 37(2), 241–286. <http://www.jstor.org/stable/161847>

Holda, S. A. (2023). *Democratic Forces for the Liberation of Rwanda (FDLR): A Profile of this Rebel Group* (p. 92) [Master's Thesis].

Hollar, S., & Tikkanen, A. (2018). Denis Mukwege | Biography, Nobel Prize, & Facts. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/biography/Denis-Mukwege>

Hudson, V. M., Ballif-Spanvill, B., Caprioli, M., & Emmett, C. F. (2012). *Sex and World Peace*. Columbia University Press. <http://www.jstor.org/stable/10.7312/huds13182>

Johnson, K., Scott, J., Rughita, B., Kisielewski, M., Asher, J., Ong, R., & Lawry, L. (2010). Association of Sexual Violence and Human Rights Violations With Physical and Mental Health in Territories of the Eastern Democratic Republic of the Congo. *JAMA*, 304(5), 553. <https://doi.org/10.1001/jama.2010.1086>

Kabwit, G. C. (1979). Zaïre: The Roots of the Continuing Crisis. *The Journal of Modern African Studies*, 17(3), 381–407. <http://www.jstor.org/stable/160489>

Kanza, T. R.. (1968). The Problems of the Congo. *African Affairs*, 67(266), 55–62. <http://www.jstor.org/stable/720480>

Karhikalembu, A. M. (2023). Wartime Rape, Gender, and Militarism: The Bukavu People's Conceptualisation of the Emergence of Wartime Rape in the 2004 Kivu Conflict in Contrast to the 1996 First Congo War (p. 236) [PhD Thesis].

Kennes, E. (2014). La Guerre au Congo. 28. Research Gate.

Kiakwama, G., & Chevallier, J. (1999). Aid and Reform: The Case of the Democratic Republic of Congo (Banco Mundial, Ed.).

King Badouin Foundation. (n.d.). *Figura 5 Doutor Denis Mukwege na ala de recuperação no Hospital Panzi* [King Badouin Foundation]. <https://kbfafrica.org/the-prize/denis-mukwege/>

Lawson, B. S., Kelly, T. K., Parker, M., Colloton, K., & Watkins, J. (2010). Nord-Kivu Case Study. In *Reconstruction Under Fire: Case Studies and Further Analysis of Civil Requirements* (pp. 81–102). RAND Corporation. <http://www.jstor.org/stable/10.7249/mg870osd.13>

Lugardo, M. A. R. (2010). Economía de Guerra y Criminalización Internacional en la Zona de los Grandes Lagos (Congo, Uganda y Rwanda). *Acta Sociológica*, 54, 97–118.

Machel, G. (1996). PROMOTION AND PROTECTION OF THE RIGHTS OF CHILDREN: Impact of armed conflict on children. [S. l.]: UN. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/223213>.

Maedl, A. (2011). Rape as Weapon of War in the Eastern DRC?: The Victims' Perspective. *Human Rights Quarterly*, 33(1), 128–147. <https://doi.org/10.1353/hrq.2011.0005>

Massacre in Congo State. (1900, January 5). *The New York Times*, 1. <https://www.nytimes.com/1900/01/05/archives/massacre-in-congo-state-missionaries-say-villages-have-been-burned.html?searchResultPosition=1#>

Mazrui, A. A., & Wondji, C. (2010). História geral da África. VIII: África desde 1935. UNESCO.

M'bokolo, E. (2009). A África Equatorial do oeste. In A. A. Mazrui & C. Wondji (Eds.), *História Geral da África VIII: África desde 1935* (pp. 229–260). UNESCO.

Meger, S. (2010). Rape of the Congo: Understanding sexual violence in the conflict in the Democratic Republic of Congo. *Journal of Contemporary African Studies*, 28(2), 119–135. <https://doi.org/10.1080/02589001003736728>

Mingam, A. (1977). Figura 3 Presidente Mobutu [Getty Images]. In *Gamma Rapho*. <https://www.gettyimages.co.uk/detail/news-photo/mobuto-sese-seko-visite-laville-de-lubumbashi-ancienne-news-photo/967735552?adppopup=true>

MONUC Facts and Figures - United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. (n.d.). [Peacekeeping.un.org. https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/facts.shtml](https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/facts.shtml)

Mukwege, D. (2021a). *Figura 1 Mapa de Kivu do Sul* [The Power of Women].

Mukwege, D. (2021b). *The Power of Women: A Doctor's Journey of Hope and Healing* (p. 315). Flatiron Books: An Oprah Book.

Mukwege, D., & Berg, M. (2016). A Holistic, Person-Centred Care Model for Victims of Sexual Violence in Democratic Republic of Congo: The Panzi Hospital One-Stop Centre Model of Care. *PLOS Medicine*, 13(10), e1002156. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002156>

Murray, A. F. (2016). *From Outrage to Courage: The Unjust and Unhealthy Situation of Women in Poorer Countries and What They Are Doing about it* (2nd ed., p. 375).

Newbury, C. (1995). Background to Genocide: Rwanda. *Issue: A Journal of Opinion*, 23(2), 12–17. <https://doi.org/10.2307/1166500>

Newbury, D. (2012). The Continuing Process of Decolonization in the Congo: Fifty Years Later. *African Studies Review*, 55(1), 131–141. <http://www.jstor.org/stable/41804134>

Ngongo, C. J., Raassen, T. J. I. P., Mahendeka, M., Bisanzio, D., Lombard, L., & Bann, C. (2023). Living with obstetric fistula: learnings from nine African countries. *BMJ Global Health*, 8(5), e012509. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2023-012509>

Nwaubani, E. (2001). Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis. *Journal of Contemporary History*, 36(4), 599–622. <http://www.jstor.org/stable/3180775>

Ohambe, M. C. O., Muhigwa, J. B. B., & Mamba, B. M. W. (2004). Women's Bodies as a Battleground: Sexual Violence Against Women and Girls During the War in the Democratic

OMS, UNICEF, UNFPA, Banco Mundial, & UNDESA. (2023a). Figura 6 Tabela sobre proporção de mortalidade materna [OMS]. In *Trends in Maternal Mortality 2000 to 2020*.

OMS, UNICEF, UNFPA, Banco Mundial, & UNDESA. (2023b). *Trends in Maternal Mortality: 2000 to 2020*. OMS.

OMS, UNICEF, UNFPA, Banco Mundial, & UNPD. (2014). *Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2015*. OMS.

Onsrud, M., Sjøveian, S., Luhiriri, R., & Mukwege, D. (2008). Sexual violence-related fistulas in the Democratic Republic of Congo. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, 103(3), 265–269. <https://doi.org/10.1016/j.ijgo.2008.07.018>

Republic of Congo (Réseau des Femmes pour la Défense des Droits et la Paix, International Alert, & Réseau des Femmes pour un Développement Associatif, Eds.).

Outreach Programme on the Rwanda Genocide, & ONU. (2014). *Sexual Violence: a Tool of War*. Department of Public Information.

Peemans, J.-P. (1980). Imperial Hangovers: Belgium - The Economics of Decolonization. *Journal of Contemporary History*, 15(2), 257–286. <http://www.jstor.org/stable/260513>

Peterman, A., Palermo, T., & Bredenkamp, C. (2011). Estimates and determinants of sexual violence against women in the Democratic Republic of Congo. *American Journal of Public Health*, 101(6), 1060–1067. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2010.300070>

Prunier, G. (1995). *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*. New York: Columbia University Press, 389

Raeymaekers, T. (2010). Protection for Sale? War and the Transformation of Regulation on the Congo–Ugandan Border. *Development and Change*, 41(4), 563–587. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2010.01655.x>

Reno, W. (1996). Ironies of Post-Cold War Structural Adjustment in Sierra Leone. *Review of African Political Economy*, 23(67), 7–18. <http://www.jstor.org/stable/4006225>

Reno, W. (1997). Sovereignty and Personal Rule in Zaire. *African Studies Quarterly*, 1(3), 39–64.

Reuters (Ed.). (1965, November 25). Kasavubu Regime Ousted By Army Coup in Congo. *The New York Times*, 14. <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1965/11/25/96722470.html?pageNumber=1>

Schatzberg, M. G. (2012). The Structural Roots of the DRC's Current Disasters: Deep Dilemmas. *African Studies Review*, 55(1), 117–121. <http://www.jstor.org/stable/41804132>

Spivak, G. C. (2021). *Pode a Subalterna Tomar a Palavra?* (1st ed., p. 136). Orfeu Negro. (Original work published 1999)

Stearns, J. (2012). *Dancing in the Glory of Monsters: The Collapse of the Congo and the Great War of Africa* (p. 402). PublicAffairs.

Steiner, B., Benner, M. T., Sondorp, E., Schmitz, K. P., Mesmer, U., & Rosenberger, S. (2009). Sexual violence in the protracted conflict of DRC programming for rape survivors in South Kivu. *Conflict and Health*, 3(1). <https://doi.org/10.1186/1752-1505-3-3>

Trenholm, J. (2013). *Women Survivors, Lost Children and Traumatized Masculinities: The Phenomena of Rape and War in Eastern Democratic Republic of Congo* (p. 82). Uppsala University.

Trenholm, J. E., Olsson, P., & Ahlberg, B. M. (2009). Battles on women's bodies: War, rape and traumatising in eastern Democratic Republic of Congo. *Global Public Health*, 6(2), 139–152. <https://doi.org/10.1080/17441690903212065>

Trenholm, J., Olsson, P., Blomqvist, M., & Ahlberg, B. M. (2015). The global, the ethnic and the gendered war: women and rape in eastern Democratic Republic of Congo. *Gender, Place & Culture*, 23(4), 484–502. <https://doi.org/10.1080/0966369x.2015.1013440>

Tribunal Penal Internacional. (1998). *Estatuto de Roma*.

Turshen, M. (2001). The Political Economy of Rape: An Analysis of Systematic Rape and Sexual Abuse of Women during Armed Conflict in Africa. In *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. (pp. 55–68). Zed Books.

Universal History Archive. (1949). Figura 2 Caricatura de Rei Leopoldo II [Getty Images]. In *Universal Images Group*. <https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/satirical-cartoon-depicting-king-leopold-ii-of-fotografia-de-not%C3%ADcias/944194104>

UNSC. (2015). Conflict-related sexual violence: Report of the Secretary-General.

Usanov, A., de Ridder, M., Auping, W., Lingemann, S., Espinoza, L. T., Ericsson, M., Farooki, M., Sievers, H., & Liedtke, M. (2013). The Democratic Republic of Congo. In Coltan, Congo & Conflict: Polinares Case Study (pp. 29–41). Hague Centre for Strategic Studies.

Uzoigwe, G. (2010). Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In A. A. Boahen (Ed.), *HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VII África sob dominação colonial, 1880-1935* (pp. 21–50). UNESCO.

Waltz, K. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. [S. l.]: Gradiva.

Ward, J., Horwood, C., McEvoy, C., Shipman, P., & Rumble, L. (2007). The Shame of War: Sexual violence against women and girls in conflict (OCHA & IRIN, Eds.; p. 139). IRIN.

Wauters, A. (1930). Belgian Policy in the Congo. *Journal of the Royal Institute of International Affairs*, 9(1), 51–62. <https://doi.org/10.2307/3015623>

Weiss, H. (2012). The Congo's Independence Struggle Viewed Fifty Years Later. *African Studies Review*, 55(1), 109–115. <http://www.jstor.org/stable/41804131>

Weiss, H. F., & Carayannis, T. (2004). RECONSTRUCTING THE CONGO. *Journal of International Affairs*, 58(1), 115–141.

Yakti, P. D. (2022). The 1994 Hutu and Tutsi Ethnopolitics Conflict in Rwanda: Genocide Revenge Settlement Through the Gacaca Reconciliation System.

Young, J., Rose, D., Mumby, H., Benitez-Capistros, F., Derrick, C., Finch, T., ... & Mukherjee, N. (2018). A Methodological Guide To Using and Reporting On Interviews In Conservation Science Research. *Methods Ecol Evol*, 1(9), 10-19. <https://doi.org/10.1111/2041-210x.12828>